

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Rebeca Machado Britto

A OCORRÊNCIA DE CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS NAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2006, 2010 E 2014

BRASÍLIA

2014

Rebeca Machado Britto

A OCORRÊNCIA DE CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS NAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2006, 2010 E 2014

Monografia apresentada no curso de graduação à Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: José Carlos de Oliveira

BRASÍLIA

2014

Rebeca Machado Britto

A OCORRÊNCIA DE CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS NAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS DE 2006, 2010 E 2014

Monografia apresentada no curso de graduação à Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

José Carlos de Oliveira - UnB

Roberto de Goes Ellery Junior – UnB

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelas alegrias e fardos de cada dia. Aos meus pais, que desde sempre me ensinaram a ter fé no invisível, inacreditável e impossível. Aos meus irmãos, pelo exemplo, às minhas avós, pelo conforto e a todos os familiares e amigos que rezaram por mim. Agradeço ainda, ao meu professor orientador, José Carlos de Oliveira, pela paciência e atenção ao longo deste semestre.

RESUMO

A ocorrência de ciclos políticos em países que experimentam eleições democráticas coloca em evidência o uso da economia como forma de arrecadar votos. Os governantes ao conduzir de forma oportunista as variáveis econômicas, colocam em risco a importância do Estado como agente estabilizador. Trabalhos clássicos, como o de Nordhaus (1975), impulsionaram a abrangência do tema no campo da economia. A partir de então, o modelo de ciclos políticos de negócios apresentado pelo autor ganha novos condicionantes. A incorporação de variáveis como ideologia, assimetria de informação e expectativas racionais deu origem a novos modelos. No Brasil, o panorama político-econômico experimentado com a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, intriga a existência de comportamentos cíclicos na economia. Lula, representante político de um partido de esquerda, experimentou grande popularidade em seu governo, mesmo com os escândalos políticos do primeiro mandato e com a crise financeira mundial que afetou o Brasil em seu segundo mandato. Lula deixa o poder em 2010, sob forte apoio da população, e mais do que isso, consegue eleger sua sucessora Dilma. A análise das políticas fiscal, monetária e cambial nas eleições de 2006, 2010 e 2014, mostra o oportunismo eleitoral na condução econômica, contudo, a elevação de benefícios sociais em períodos eleitorais foi o fator mais preponderante. Em meio as diferentes condutas no campo econômico, conclui-se que Lula soube administrar quando fazer uso dos ciclos políticos, por outro lado, Dilma, parece ter usado todos os recursos econômicos antes das eleições.

Palavras-chave: Ciclos políticos. Brasil. Eleições.

ABSTRACT

The occurrence of political cycles in countries that experience democratic elections highlights the use of economics as a way to collect votes. When rulers conduct opportunistically the economic variables the importance of State as stabilizing agent is put in risk. Classic work, such as Nordhaus (1975), determined the scope of the topic in the field of economy. Since then, the model of political business cycles presented by the author gains new constraints. The incorporation of variables such as ideology, asymmetric information and rational expectations gave rise to new models. In Brazil, the political-economic landscape experimented with the presidency of Luiz Inácio Lula da Silva, intrigue the existence of a cyclic behavior in the economy. Lula, representative of a political party of left, has experienced great popularity in his government, even with the political scandals of the first term and the mundial financial crises that affect Brazil in his second term. Lula leaves office in 2010 under strong support of population, and more than that, he was successful in electing Dilma as successor. The analysis of fiscal, monetary and exchange rate policies in 2006, 2010 e 2014 elections shows the electoral opportunism in economical driving, however, the rise the rise of social benefits in election periods was the most important factor. Amid the different behaviors in the economic field, it is concluded that Lula administration knew when to make use of political cycles, on the other hand, Dilma, seems to have used all economic resources before elections.

Key-words: Political cycles. Brazil. Elections.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 Taxa de inflação efetiva e metas de inflação, 2002 a 2007 (%).....	16
Gráfico 2.2 EMBI+Risco Brasil	17
Gráfico 2.3 Coeficiente de Gini do Brasil e América Latina, 2000 a 2009.....	24
Gráfico 3.1 Variação real anual do PIB em %, 1999-2013.	33
Gráfico 3.2 Taxa de inflação anual-IPCA, 2005 a 2013.	34
Gráfico 3.3 Taxa média trimestral da inflação -IPCA, a) 2006/2007 e b) 2010/2011 em %....	35
Gráfico 3.4 Taxa média de desemprego, a) 2006/2007 e b) 2010/2011 em %.....	35
Gráfico 3.5 Valor anual real gasto com o programa Bolsa Família, 2004 a 2013. (R\$ bilhões)	36
Gráfico 3.6 Evolução da taxa de câmbio no período pré e pós-eleição de a) 2006 e b) 2010. Em R\$/US\$.....	37
Gráfico 3.7 e 3.8 Rendimento médio real habitual domiciliar per capita - Salvador, a) 2006/2007 e b) 2010/2011.....	40
Gráfico 3.8 Rendimento médio real habitual domiciliar per capita-Belo Horizonte, 2006/2007 e 2010/2011.....	40
Gráfico 3.9 Rendimento médio real domiciliar per capita -São Paulo, 2006/2007 e 2010/2011.	40
Gráfico 3.10 Taxa média trimestral da inflação, 2013/2014.....	41
Gráfico 3.11 Taxa média trimestral do desemprego, 2013/2014.....	42
Gráfico 3.12 Evolução da taxa de câmbio período pré e pós-eleição, 2013/2014. Em R\$/US\$.	43
Gráfico 3.13 Número de beneficiários do programa Bolsa Família, 2004 a 2014. (R\$ milhões)	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 Resultado Contas Externas US\$ (bilhões).....	16
Tabela 2.2 Número de beneficiários de programas federais de transferência de renda (2003-2006). Em milhões.....	19
Tabela 2.3 PIB E PIB per capita Governos Lula e comparações internacionais, variação em %.	21
Tabela 3.1 Taxa de variação real do gasto com o programa Bolsa Família, 2004 a 2014, em %.	36
Tabela 3.2 Taxa de variação real anual das despesas do Governo Central, 2005 a 2012 em %.	37
Tabela 3.3 Variação real anual do salário mínimo.	38
Tabela 3.4 Porcentagem de votação dos candidatos do PT nos pleitos de 2006 e 2010 em seis regiões metropolitanas.....	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 A TEORIA DO CICLO POLÍTICO	3
1.1 Modelos clássicos	3
1.2 Modelos racionais	6
1.3 Ciclo político invertido	8
1.4 Evidências para o Brasil	9
2 GOVERNOS LULA E DILMA.....	13
2.1 Primeiro Governo Lula.....	13
2.1.1 A Carta ao Povo Brasileiro e as Eleições de 2002.....	13
2.1.2 A Macroeconomia do Governo.....	15
2.1.3 Crise do “Mensalão”	17
2.1.4 “Lula, o Pai do <i>Bolsa Família</i> ”	18
2.2 Segundo Governo Lula.....	20
2.2.1 A inflexão econômica do segundo mandato	20
2.2.2 O Brasil e a Crise Financeira de 2008	21
2.2.3 O legado de Lula.....	23
2.3 Governo Dilma.....	25
2.3.1 A política econômica do governo	25
2.3.2 Manifestações de junho de 2013.....	26
2.3.3 Fim do mandato e a perda de credibilidade	27
3 ELEIÇÕES 2006, 2010 E 2014	28
3.1 Metodologia.....	29
3.2 Episódios eleitorais	30
3.2.1 A influência do <i>Bolsa Família</i> nas eleições de 2006.....	30
3.2.2 A influência de Lula em 2010.....	32
3.3 Análise empírica	32
3.3.1 Pleitos de 2006 e 2010	32
3.3.2 Eleições de 2014 em perspectiva	41

CONCLUSÃO.....43

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....45

INTRODUÇÃO

A ocorrência de Ciclos Políticos nas eleições evidencia o problema do uso desmedido das variáveis econômicas como forma de maximizar votos. Desde o clássico trabalho de Nordhaus em 1975, inúmeros estudos surgiram como forma de explicar o comportamento cíclico das variáveis macroeconômicas nos períodos pré e pós-eleitorais. A abrangência do tema possibilitou a incorporação de novos elementos ao modelo clássico de Nordhaus (1975), e o surgimento de modelos racionais com a introdução das expectativas racionais e assimetria de informação.

No Brasil, são frequentes os estudos que buscam correlacionar as políticas fiscal, monetária e cambial com o calendário eleitoral. Grande parte dos estudos se orienta na análise das eleições que marcam a nova democracia brasileira em 1986, todavia, o número de trabalhos que tem por foco o recente panorama político-econômico é limitado.

As eleições de 2002 elegeram Luiz Inácio Lula da Silva como presidente. Anteriormente ao pleito deste ano, muito se especulava sobre a condução econômica e política do país, caso houvesse uma vitória de Lula. O motivo da apreensão de investidores internos e externos encontrava justificativa no ideológico político esquerdista de Lula e de seu partido, o PT. Com a sua vitória, observou-se uma ruptura com o tradicional discurso do então candidato e uma continuidade econômica do governo anterior.

Em 2006, apesar dos escândalos de corrupção de seu primeiro mandato, Lula foi reeleito e colhia os frutos de um governante com alta popularidade. Estudos justificam sua reeleição por meio dos programas de transferência de renda e benefícios sociais concedidos em seu governo. Nas eleições de 2010, o então presidente lança como candidata Dilma Vana Rousseff. Dilma ganha as eleições e conduz a economia em meio a perda de credibilidade.

O interesse pelo recente panorama político-econômico do Brasil, em meio a governos de partidos considerados de esquerda, iniciado com as eleições de 2002 e perpetuado nas eleições de 2006, 2010 e possivelmente 2014, abre espaço para a relevância em estudar se os condicionantes econômicos foram decisivos no processo de arrecadação de votos. Observa-se nesse período a ascensão de um presidente de origem partidária esquerdista e que em meio à crises políticas (mensalão) e econômicas (crise financeira de 2008), consegue permanecer no poder por oito anos e eleger sua sucessora, experimentando uma alta popularidade e aprovação da população. Será que nesse contexto a economia foi determinante no processo eleitoral? Trata-se então, de observar a ocorrência de Ciclos Políticos nesses episódios eleitorais.

Considerando a importância de se relacionar a ocorrência de Ciclos Políticos com o processo de arrecadação de votos e resultados das eleições, este trabalho tem por objetivo analisar a existência dos ciclos políticos nas eleições de 2006 e 2010, e ainda trazer uma perspectiva para o pleito de 2014. Além desta introdução seguem-se três capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo será apresentado o arcabouço teórico da Teoria dos Ciclos Políticos, destacando os modelos clássicos, racionais, o ciclo político invertido e os estudos já realizados para o caso brasileiro. No capítulo seguinte são abordados os principais aspectos políticos e econômicos que regeram os Governos Lula e Dilma, e que possivelmente influenciaram nos resultados eleitorais. O terceiro capítulo busca por meio da análise empírica de variáveis monetárias, fiscais, cambiais e sociais comportamentos cíclicos nas eleições de 2006 e 2010, além de sua possível ocorrência em 2014. Finalmente, a última seção conclui o trabalho.

1 A TEORIA DO CICLO POLÍTICO

O estudo da relação entre o desempenho de um governo e as políticas econômicas adotadas por este, ganhou relevância nos últimos anos. Entender que as decisões adotadas pelo governo afetam a economia, a sociedade e a política de um país exige a compreensão de que as ferramentas econômicas nem sempre são utilizadas visando resultados no campo da economia, mas também no campo político. O uso desmedido dos instrumentos macroeconômicos coloca em prova a ideia do governo como agente estabilizador. O descompromisso do governo com a atividade econômica, objetivando a maximização de votos do eleitorado, é responsável por flutuações na economia. Tais flutuações se dão através de movimentos cíclicos em períodos pré-eleitorais e pós-eleitorais, (Fialho, 1999).

Dessa maneira, os ciclos políticos são resultado das manobras políticas dos governantes a fim de permanecer no poder. De acordo com essa teoria, os governantes manipulam as políticas monetária e fiscal perto do período eleitoral a fim de maximizar votos e se reeleger. Tal lógica é frequentemente associada à ideia do *stop and go* da economia, (Giambiagi, 2008).

O presente capítulo tem por objetivo apresentar o arcabouço teórico da Teoria dos Ciclos Políticos, e está dividido em quatro seções. A seção 1.1 apresenta os modelos clássicos de Downs (1957), Nordhaus (1975) e Hibbs (1977). A seção 1.2 aponta as mudanças nos modelos clássicos que deram origem aos modelos racionais. A seção 1.3 trata do ciclo político invertido, e por fim, a seção 1.4 apresenta as evidências dos ciclos políticos no Brasil.

1.1 Modelos clássicos

Trabalhos clássicos como de Downs (1957), Nordhaus (1975) e Hibbs (1977) serviram de ponto de partida para o estudo da influência do calendário eleitoral na condução da política econômica, (Araújo e Filho, 2010).

Downs (1957 apud FIALHO, 1999, p.133), em seu clássico trabalho examina o processo de tomada de decisão do governo. A hipótese do autor é de que em uma democracia, o político no cargo de governante, ao promover e priorizar determinadas políticas econômicas tem o intuito de maximizar votos em períodos de eleição. No entanto, ao buscar maximizar votos, o governante tem por único fim permanecer no poder, sem se importar com a consequência de tais políticas no âmbito econômico. A fim de examinar a natureza da tomada de decisão do governo, o autor recorre a dois contextos: no primeiro, um mundo com

conhecimento e informação perfeita e sem custo, e no segundo um mundo com conhecimento e informação imperfeita e com custo. O autor afirma que os eleitores se comportam racionalmente e que determinam suas preferências partidárias com base no desempenho passado de cada partido, e que os diferentes partidos competem por votos. Dessa forma, a disputa por poder entre os distintos partidos políticos é comparada a disputa de firmas por mercados em uma situação de oligopólio.

Nordhaus (1975) ao estudar a relação entre política e economia já apresentada por Downs (1957), constrói o primeiro modelo de análise teórica e empírica da teoria do ciclo político, (Tigañas e Peptine, 2012).

O trabalho de Nordhaus (1975) parte de um modelo de decisão intertemporal do governante no processo de tomada de decisão de políticas. A investigação se baseia na sensibilidade do eleitorado a duas variáveis macroeconômicas, que juntas refletem o *trade off* da Curva de Phillips: inflação e desemprego. Em resumo, o modelo parte da hipótese de que os eleitores são sensíveis a estas variáveis e que seus votos são influenciados pela escolha do governante entre priorizar inflação e desemprego. O modelo relaciona o *trade off* com a preferência dos agentes (votos) e o calendário eleitoral (período pré-eleição e pós-eleição). O uso da taxa de inflação e desemprego no estudo decorreu da significância de tais variáveis na análise econômica de um país. Quanto às preferências dos agentes, o autor considerou suas preferências agregadas, partindo do pressuposto de que a maximização de sua utilidade se relaciona a uma menor taxa de inflação e desemprego.

Ainda segundo o autor, três condições são necessárias à análise: o governante ser eleito pela disputa de eleições, o político no poder ter controle econômico suficiente para conduzir a economia na direção que anseia e a função de votos do eleitorado ser míope. O modelo considera que os agentes agem de acordo com expectativas adaptativas, e que, dessa forma, sofrem de “miopia”. Assim, analisam o desempenho do governante com base em seu desempenho imediatamente anterior ao período eleitoral. O autor considera que os eleitores não conhecem a dinâmica econômica, fato que os faz decidir o voto tendo como base unicamente o bem-estar.

Nordhaus (1975) testou evidências para nove países: Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, Nova Zelândia, Suécia, Inglaterra e Estados Unidos no período de 1947 a 1972. Os resultados obtidos indicaram inconsistência de ciclos políticos na Austrália, Canadá, Japão e Inglaterra, modestas indicações de sua existência na França e na Suécia, e presença marcante na Nova Zelândia, Alemanha e Estados Unidos. A conclusão que o autor chega é de que em países que experimentam democracias e possuem eleições, o eleitorado vota de

acordo com o seu bem-estar, dessa forma sentem esse bem-estar quando as taxas de inflação e desemprego são menores do que a expectativa. O governante, ao saber disso, no período pré-eleitoral, fixa tais taxas em um ponto que maximize a utilidade do eleitorado e a arrecadação de votos. Dessa maneira, fica evidente o caráter cíclico envolvendo o calendário eleitoral, com a taxa de inflação e desemprego variando de acordo com os interesses do governante.

O trabalho do autor apresenta então, o comportamento oportunista dos governantes que manipulam as variáveis macroeconômicas com o anseio de permanecer no poder. Nesse modelo os resultados eleitorais são influenciados pelos resultados econômicos, através da manipulação das políticas econômicas de curto prazo, (Araújo e Filho, 2010).

Ainda na década de 70, em um estudo que analisa a influência da ideologia partidária na condução macroeconômica de doze países do Oeste Europeu e América do Norte, Hibbs (1977) afirma que a manipulação da política fiscal e monetária via taxa de inflação e desemprego, se tornou o centro do conflito de grupos de interesses e atores políticos. Com base em comparações internacionais que sugerem que governos de regimes de esquerda preferem uma menor taxa de desemprego a custas de uma maior inflação, e que governos de regime de direita preferem uma maior taxa de desemprego a custas de uma menor inflação, o autor examina séries trimestrais da taxa de desemprego no período pós-guerra nos Estados Unidos e Inglaterra. Os resultados suportam que o desemprego diminui sob regimes democráticos e aumenta em regimes republicanos e conservadores. O estudo conclui que a ideologia partidária do governo influi nas políticas macroeconômicas adotadas. Nesse sentido, governos de esquerda e direita tomam suas decisões econômicas embasados nos interesses e preferências das classes que os sustentam no poder.

Em suma, o autor considera que partidos de direita são mais avessos à inflação do que partidos de esquerda, estipulando, maiores taxas de desemprego em prol do controle inflacionário. Os partidos de esquerda por sua vez defendem uma taxa de desemprego menor, não importando que esta leve ao aumento da inflação. Tal discussão se relaciona a lógica de que classes mais baixas são avessas ao desemprego enquanto classes mais altas a inflação. E sabendo das preferências das classes que os apoiam, os partidos, manipulam as políticas a fim de atender a tais preferências. O trabalho acrescenta ao modelo oportunista de Nordhaus (1975) a variável ideológica como causa do comportamento cíclico da economia. O modelo inclui o posicionamento dos partidos e as bases eleitorais como elementos essenciais na tomada de decisão do governo.

1.2 Modelos racionais

Na década de 80, Alesina (1987) e Rogoff e Silbert (1988) acrescentaram aos modelos de Hibbs (1977) e Nordhaus (1975), respectivamente, os conceitos de expectativas racionais e informação assimétrica, (Araújo e Filho, 2010).

Com a inserção das expectativas racionais, as eleições são consideradas uma incerteza para os eleitores. Apesar de estes saberem que partidos distintos concorrem às eleições e apesar de terem algum conhecimento sobre as possíveis políticas adotadas por cada partido quando no poder, estes não são capazes de prever corretamente quais políticas serão adotadas, assim, o resultado eleitoral será sempre surpresa para os eleitores, (Alesina, 1987, apud ARAÚJO e FILHO, 2010, p. 9).

Alesina (1987) testa evidências de ciclos políticos partidários nos Estados Unidos no período de 1945 a 1984. O modelo utilizado é formado por dois partidos, o partido *R* e o partido *D*. Os partidos *R* e *D* possuem ideologias distintas, discordando em dois aspectos e concordando em um. Ambos concordam que a inflação alta é um mal para a economia, entretanto, discordam quanto à sensibilidade em relação a esta variável. O partido *D* é mais sensível que o partido *R* ao desemprego, logo o partido *D* tem um maior incentivo a promover uma inflação inesperada para gerar crescimento. Outro ponto de discordância é o nível ótimo da taxa de inflação. Diferentemente do partido *R*, o partido *D* acredita em um maior gasto governamental (por exemplo, com programas sociais e transferência de renda) e financiamento via criação de dinheiro, tais fatos implicam em uma maior taxa ótima de inflação para este partido.

O trabalho argumenta que nos Estados Unidos, os governos Republicanos e Democratas tiveram em períodos iniciais de governo políticas econômicas distintas, mas em um segundo momento, suas políticas convergiram a um ponto de neutralidade. No período analisado, o começo das administrações Republicanas foram marcadas por recessão, enquanto que o começo das administrações Democratas por uma tendência ao crescimento e aumento da inflação. Dessa forma, partidos ideologicamente distintos apresentavam políticas de início de mandato distintas, mas com o passar do tempo essas políticas se assemelhavam.

Com isso Alesina (1987) contradiz o modelo clássico de Nordhaus (1987), no sentido de perceber momentos político-econômicos convergentes e divergentes entre os partidos, diferentemente de Nordhaus (1975), que considerava que independente da ideologia do governo, o período inicial de um mandato era marcado por recessão e o período final por uma expansão inflacionária. Rogoff e Silbert (1988) também trazem adaptações ao modelo de

ciclo político de negócios de Nordhaus (1975). O modelo construído passa a incorporar as expectativas racionais dos eleitores e a assimetria da informação.

Com a introdução da assimetria da informação, Rogoff e Silbert (1988), Rogoff (1990) consideram que o governante obtém informações sobre o desempenho do seu mandato antes do eleitorado, tal fato permite que ele adote ações que sinalizem um bom desempenho e o seu nível de competência. Com o decorrer do tempo, o eleitorado reage às informações recebidas, tendo como base para sua decisão eleitoral informações defasadas no tempo, (Rogoff e Silbert, Rogoff, 1988, 1990 apud ARAÚJO e FILHO, 2010, p. 6).

Segundo Rogoff e Silbert (1988), um governo competente e eficiente é aquele que provê serviços com a menor utilização da receita pública. Os autores evidenciam que os governantes por saberem antes dos eleitores suas habilidades e limitações adotam choques de competência durante o período eleitoral, a fim de sinalizar ao eleitorado seu bom desempenho. O governante busca com isso a maximização dos votos e sua reeleição. Ao adicionar ao modelo de Nordhaus (1975) as expectativas racionais, os autores afirmam que tais expectativas configuram uma restrição aos ciclos políticos. Por se tratar de expectativas racionais, o eleitorado ao longo do tempo, vai conhecendo e aprendendo a interpretar as informações. Isso faz com que ao longo desse processo o oportunismo eleitoral diminua. As informações cada vez mais perfeitas para o eleitorado fazem com que estes possam perceber quando o governante age ou não com oportunismo.

Já Rogoff (1990) analisa o caso do ciclo político orçamentário, estabelecendo a relação da política fiscal com as eleições. A análise se dá por meio de um modelo de equilíbrio intertemporal, no qual, ambos, eleitores e políticos são racionais. O modelo apresentado também considera como hipótese a assimetria de informação e a vantagem do político no poder sobre o eleitorado. Dessa forma, o modelo é caracterizado como um processo de informação multidimensional, em que o governante emite choques (neste caso, choques fiscais) para sinalizar uma boa administração. A hipótese do trabalho segue a lógica do modelo de ciclo político clássico de Nordhaus (1975), considerando, entretanto, a política fiscal como variável de análise. O autor defende que em períodos pré-eleitorais os governantes adotam políticas fiscais como medidas de sinalização, dentre elas, o corte de impostos, aumento dos programas de transferência de renda e elevação do gasto público com itens de rápido controle e que sejam visíveis ao eleitor. O autor considera a elevação dos gastos públicos com itens visíveis e a redução dos impostos em períodos anteriores a eleição como evidências do ciclo político orçamentário. Apesar de a população considerar o ciclo político orçamentário algo negativo, Rogoff (1990) afirma que este pode ser um mecanismo

socialmente eficiente de difundir a competência do governo, fato que não é observado quando o governo toma medidas custosas à sociedade, diminuindo assim o seu bem-estar.

No início da década de 90, Alesina e Roubini (1992) investigaram a existência de ciclos políticos em dezoito países da Europa. Os resultados mostraram pouca evidência com relação ao oportunismo eleitoral, mas demonstraram que existe viés ideológico na adoção de políticas econômicas nos países analisados, (Alesina e Roubini, 1992 apud ARAÚJO e FILHO, 2010).

Assim como em Alesina e Roubini (1992), Portrafke (2012) também investiga a influência da ideologia política no desempenho econômico de curto-prazo de vinte e um países da Europa no período de 1951 a 2006. O autor inova considerando em sua análise elementos não antes utilizados, como por exemplo, os choques externos que podem afetar tal economia. O modelo utilizou dados de trinta e seis países da Europa, entretanto, devido à dificuldade de se classificar ideologicamente o governo de todos os países e por alguns destes terem um sistema político instável ou não democrático, a amostra resultou em vinte e um países. O modelo econométrico construído pelo autor apresenta como variável dependente a taxa de crescimento dos países, e como variáveis independentes a ideologia dos partidos e as eleições. O autor considera que não há evidências de que o calendário eleitoral e a ideologia partidária exerçam influência no desempenho de curto-prazo da economia dos países analisados. Portrafke (2012), ainda sugere que, são necessárias teorias mais elaboradas para sustentar a hipótese de que a ideologia do governo afeta a política econômica no curto-prazo. A sugestão é de se utilizar aspectos industriais, sociais e regulatórios para se justificar uma real ideologia do governo.

1.3 Ciclo político invertido

Segundo Giambiagi (2008), a lógica do ciclo político se relaciona a ideia do *stop and go* da economia, na medida em que o comportamento cíclico da economia sofre influência do calendário eleitoral. Nos ciclos políticos tradicionais, primeira fase (pré-eleição) é marcada por medidas fiscais e monetárias expansionistas e a segunda fase (pós-eleição) é marcada por políticas restritivas. Contudo, a inversão do ciclo tem sido observada em alguns países, e em maior frequência, em países em processo de desenvolvimento.

O autor considera que o ciclo político invertido consiste na inversão das fases de um ciclo político clássico, começando primeiro o *go*, caracterizando uma fase expansionista e posteriormente o *stop*, com uma fase restritiva. Países como Estados Unidos e França já

passaram por períodos de inversão do ciclo. Nos Estados Unidos, Jimmy Carter e Bush (1989-1992), iniciaram seus governos se recusando a implantar políticas restritivas, fato que posteriormente, acabou por gerar uma tensão inflacionária e a necessidade de contenção econômica perto do período eleitoral. Na França, Mitterrand nos anos 1980 foi responsável por tal inversão. Na América Latina, durante o processo de redemocratização pós-período militar, vários países experimentaram tal processo. Hoje, alguns dos países da América Latina, ainda vivem a inversão do ciclo em meio ao calendário eleitoral.

Durante os últimos anos, verificou-se que, em países mais desenvolvidos, os governos tendem a priorizar em um primeiro momento o ajuste. Contrariamente, países em desenvolvimento seguem o inverso, priorizando inicialmente um afrouxamento no controle das variáveis econômicas. Alguns motivos explicam tal comportamento: vontade do governo de trazer uma nova perspectiva de crescimento contrastando com o governo anterior, o desejo de estruturar o ideal de democracia com base no crescimento do país e agenda eleitoral construída com base em metas a se cumprir e não em problemas a se resolver, (Giambiagi, 2008).

Ginsburgh e Michel (1983) consideram a existência de outro fato que justifique a ocorrência do ciclo político invertido. Ao testar a evidência dos ciclos políticos de negócios de Nordhaus (1975), os autores mostram que em países com eleições antecipadas o ciclo pode se inverter ou até mesmo ser interrompido. Os resultados encontrados são explicados pelo fato de o governo ter um controle pequeno e imperfeito sobre o ciclo político de negócios, na medida em que, os problemas e dificuldades na interpretação do sistema político e a ocorrência de choques externos os afetam.

No Brasil, assim como na França e Estados Unidos, estudos acadêmicos apontaram a ocorrência de oportunismo eleitoral em meio ao calendário eleitoral. Na seção a seguir, alguns desses trabalhos são apresentados.

1.4 Evidências para o Brasil

Trabalhos como os de Remmer (1993) e Amorim e Borsani (2004) testam a evidência de ciclos políticos na América Latina. No Brasil, a mesma hipótese foi fruto de trabalhos como os de Gonçalves e Fenólio (2007), Hiroi (2009), Nakaguma e Bender (2010), Araújo e Filho (2010), Souza (2012) e Vasconcelos *et al.* (2013).

Remmer (1993) analisa o impacto das eleições no desempenho macroeconômico de oito nações da América Latina. As evidências apontam que o desempenho macroeconômico flutua de acordo com o calendário eleitoral. Já Amorim e Borsani (2004) analisam quando e como os atributos políticos dos governos democráticos e legislaturas, assim como características institucionais, afetam o comportamento fiscal do governo. O estudo dos autores acrescenta duas novas variáveis: aspectos institucionais e características políticas das nações da América Latina.

Apesar dos resultados sugerirem a existência de ciclos políticos, na América Latina, os resultados de forma geral são sempre inconclusivos, (Remmer, 1993), (Amorim e Borsani, 2004).

Ao estudar a influência do calendário eleitoral na condução da política monetária no Brasil, Gonçalves e Fenólio (2007) analisam variáveis monetárias da economia brasileira, a fim de examinar a influência das eleições na condução da política monetária no ano de vigência do sistema de metas de inflação. O estudo inova ao estudar a relação do calendário eleitoral e da política monetária. No Brasil, até então, os estudos se concentravam na relação do calendário eleitoral e da política fiscal. Os autores concluem que, diferentemente da política fiscal, a política monetária não sofre influência dos períodos eleitorais. Além disso, apontam que no período analisado, o Banco Central (BC) atua predominantemente de forma independente com relação à política monetária.

Nessa mesma direção, Hiroi (2009) examina a política como consequência do ciclo eleitoral e da escolha do regime de taxa de câmbio no Brasil. O autor apresenta uma análise das políticas macroeconômicas do pós-autoritarismo no Brasil, nos anos de 1985 a 2006. O estudo utiliza o modelo oportunista para estabelecer uma relação entre a escolha da taxa de câmbio e o período eleitoral. Os resultados encontrados se opõem ao trabalho de Gonçalves e Fenólio (2007), pois mostram que em períodos de eleição, são verificadas mudanças nas políticas fiscais e monetárias, evidenciando assim, o uso destas como formas de oportunismo político.

Nakaguma e Bender (2010) buscam examinar o comportamento do eleitor brasileiro com relação aos ciclos políticos. Embasados no estudo de Nordhaus (1975), os autores analisam quais meios os governantes fazem uso para sinalizar competência ao eleitorado e qual o comportamento destes com relação ao político oportunista. O trabalho utilizou dados de 1986 a 2004. A primeira parte da análise trata da estimação de variáveis orçamentárias com variáveis eleitorais a fim de evidenciar a presença de ciclos políticos nos estados brasileiros. A partir da estimação de primeiro estágio, os autores dividem os resultados fiscais

em três prováveis hipóteses: a) se a variação fiscal se deu por fatores exógenos aos governantes, b) se a variação se deu devido ao oportunismo político e, c) se a variação existe como fruto da sinalização de competência do governo para o eleitorado.

Com tal modelo, Nakaguma e Bender (2010) testam a racionalidade do eleitor em identificar quando a variação fiscal se dá via oportunismo e quando se dá via controle governamental. Os autores concluem que o eleitorado recompensa o oportunismo político tanto via receitas quanto despesas orçamentárias, demonstrando assim, a falta de controle político por parte dos eleitores. Apesar do resultado, verificou-se ao longo do período, uma redução na recompensa e queda nos casos de reeleição por oportunismo político, tal fato evidencia a capacidade do eleitorado aprender com o passar do tempo a identificar as manobras políticas. Os autores inovam ao apresentar a perspectiva dos ciclos políticos no Brasil, analisando o comportamento dos eleitores, avaliando se estes recompensam ou punem o oportunismo político. Mais do que isso, os autores investigam a capacidade racional dos eleitores identificarem as manobras políticas dos governantes.

Trabalhos como os de Araújo e Filho (2010) e Souza (2012) retratam o reflexo dos ciclos políticos nos estados brasileiros. Araújo e Filho (2010) testam a influência do calendário eleitoral e da ideologia dos partidos nos gastos públicos. Os autores consideram o comportamento orçamentário de vinte e sete estados brasileiros no período de 1995 a 2008. O exame dos gastos incluem despesas com consumo (custeio), investimento (capital) e em áreas sociais (saúde e educação). As variáveis usadas na estimação foram classificadas em variáveis dependentes e variáveis políticas. As variáveis dependentes dizem respeito aos gastos com consumo, investimento e em áreas sociais, enquanto as variáveis políticas se referem aos efeitos do calendário eleitoral (pré e pós-eleitoral) e da ideologia partidária na execução orçamentária.

A partir do estudo, os autores concluem que há evidências de ciclos políticos no orçamento dos estados brasileiros. Verificou-se um pico orçamentário em anos pré-eleitorais e uma redução nos gastos em anos pós-eleitorais. Houve a elevação de todas as variáveis observadas, confirmando o oportunismo político. Assim, os resultados mostram que pode haver simultaneidade de ciclos oportunistas e partidários nos estados brasileiros, já que a elevação dos gastos públicos em períodos eleitorais satisfaz o oportunismo do governo, fazendo com que, este demonstre sua credibilidade e atenda aos interesses partidários, na medida em que, os recursos são alocados aos setores convenientes aos governantes. Nota-se, portanto que, partidos de esquerda priorizam áreas sociais (saúde e educação) e partidos de direita priorizam despesas de custeio e capital.

Já Souza (2012) analisa entrevistas dos atores políticos envolvidos na gestão dos governos de seis estados: Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Pernambuco. Todos os seis estados examinados exibiram excessivos déficits financeiros no ano de 2006 (ano eleitoral), com exceção de São Paulo, que integrou o estudo devido a sua relevância política, e Pernambuco, que obteve o maior grau de superávit primário e foi acrescentado por motivos de comparação. O trabalho estudo, assim como o de Araújo e Filho (2010), investiga o oportunismo político nos estados brasileiros, entretanto, o autor aborda a relação de tal processo com as regras fiscais, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o grau de ação dos Tribunais de Conta Estaduais (TCEs). Por meio das entrevistas dos ex-governadores e dos atuais governadores, o autor conclui que há evidências de aumentos de gastos públicos em períodos pré-eleição e consequente déficit fiscal imediatamente após o período eleitoral, com o não cumprimento das regras fiscais (LRF). Souza (2012) também aponta que o contexto político interfere no ativismo do TCEs, a exemplo do estado do Alagoas, o qual foi alvo de investigação da polícia federal pelo pagamento de funcionários fantasmas e muitas outras irregularidades, com o envolvimento de parlamentares que possuíam ligação pessoal com altos cargos do TCEs.

Nessa mesma direção, Vasconcelos *et al.* (2013) expandem a análise de Araújo e Filho (2010), considerando o comportamento da execução orçamentária federal no período de 1985 a 2010, avaliando tal comportamento a luz das mudanças institucionais e sob a ótica da influência dos ciclos políticos eleitorais. O autor conclui que o comportamento orçamentário sofre influencia dos interesses eleitorais. Novamente fica evidente que a lógica da variação dos gastos públicos tem relação com o calendário eleitoral. Verificou-se que despesas que necessitam de maior prazo para se tornar acessíveis ao eleitorado sofrem elevações mais consistentes em anos pré- eleitorais, estas incluem: setores de investimento e produção. Por outro lado, despesas de rápido ajuste sofrem maior variação já em anos eleitorais, dentre elas: assistência e previdência, pessoal e encargos sociais.

Os estudos sobre ciclos políticos no Brasil, apesar de algumas vezes contraditórios, apresentam como resultado frequente a confirmação de aspectos dos modelos oportunistas de Nordhaus (1975) e partidários de Hibbs (1977) no contexto fiscal (mais predominantemente) e monetário.

Tal fato mostra que assim como os demais países da América do Sul, o Brasil permanece no caminho que atrela economia e política como forma de construir suas políticas econômicas, (Giambiagi, 2008).

2 GOVERNOS LULA E DILMA

A condução da política econômica dos Governos Lula e Dilma sempre foi alvo de discussão. Muito se especulou sobre o destino econômico do país quando nas eleições de 2002, eleição esta, que deu a vitória a Luiz Inácio Lula da Silva. Passados oito anos de mandato, o Partido dos Trabalhadores (PT) se mantém no poder, desta vez, com Dilma Vana Rousseff. O presente capítulo tem por objetivo apresentar os principais aspectos dos Governos Lula e Dilma que ajudaram a definir a condução econômica do país, assim como, o resultado favorável nas eleições. As seções 1.1 e 1.2 apresentarão o primeiro e o segundo Governo Lula, respectivamente, e a seção 1.3 o Governo Dilma.

2.1 Primeiro Governo Lula

2.1.1 A Carta ao Povo Brasileiro e as Eleições de 2002

Entre as eleições de 1989 e 2002, o discurso de Lula como candidato passou por significativas mudanças. Lula concorreu à presidência pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006. Todavia, sua primeira vitória só foi ocorrer em 2002, sendo suas candidaturas anteriores frustradas, (Almeida, 2003).

Na corrida presidencial em 1989, o discurso de Lula tinha como base, ideais de esquerda pregados tanto pelo candidato quanto pelo PT. O plano de governo defendia a soberania e igualdade entre os povos e o não alinhamento automático com as nações, (GPRI, 1989 apud ALMEIDA, 2003, p.89). Segundo Almeida (2003), já em 1994, o programa de governo pedia para a ideia de que o Brasil não possuía metas de desenvolvimento e propunha a cooperação econômica e política dos países da América do Sul e integrantes do Mercosul, além disso, se propunha a discutir o problema da dívida externa nos países periféricos. Nas eleições de 1998, Lula começa a adotar uma política mais moderada que nas eleições anteriores, fato observado em seu discurso de continuidade e inovação. Outro fato que refletiu a vertente menos esquerdista do candidato foi a aliança política com Leonel Brizola do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

As eleições de 2002 eram esperadas com certo temor por parte dos investidores nacionais e estrangeiros, (Baer, 2011). Segundo Giambiagi (2011), na medida em que, Lula ia ganhando espaço no cenário presidencial, a ansiedade aumentava. O receio de que o novo governo declarasse moratória e tentasse renegociar a dívida causou uma fuga de capitais do

país, provocando uma desvalorização do câmbio e elevação da inflação, aliado ao aumento do risco país. Temendo o avanço do *efeito Lula*, o PT muda o discurso de campanha e adota medidas centristas.

O discurso de Lula passa então a ter um caráter ainda mais moderado e cada vez mais distante da vertente esquerdista, o qual era característico. As alianças formadas para a campanha eleitoral de 2002 refletiram ainda mais este processo. Neste ano, o candidato se aliou ao Partido Liberal, reforçando o aspecto centrista da nova base de governo. Tal mudança estratégica colocou Lula no centro político e aumentou sua audiência. O ponto culminante dessa acomodação estratégica e tentativa de acalmar os ânimos dos investidores foi a publicação da “Carta ao Povo Brasileiro” em 22 de junho de 2002. A Carta foi elaborada com o intuito de dar uma vertente de verdadeira governabilidade a Lula apresentando propostas políticas e econômicas mais realistas, (Almeida, 2003).

O foco do documento era o crescimento econômico acompanhado por uma competitividade internacional para se alcançar o desenvolvimento social. O desenvolvimento social seria orientado pelo combate a dois problemas considerados estruturais no Brasil: a pobreza e a desigualdade. Tais metas só seriam alcançadas através da estabilização de preços, eficiência do sistema tributário, investimento na força de trabalho, educação e infraestrutura. A proposta quanto ao lado social era atacar a pobreza por meio do Programa Fome Zero e a garantia da renda mínima, (Baer, 2011). Segundo a Carta ao Povo Brasileiro (2002, p.3):

O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo. Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infraestrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Com a elaboração da carta, Lula passa a aceitar os pressupostos do livre comércio, desde que este, fosse mais equilibrado e passa a ser mais controlado com relação às críticas aos Estados Unidos, mercados e instituições financeiras. A proximidade com industriais, banqueiros e investidores estrangeiros evidenciavam uma vertente mais diplomática, política e econômica, (Almeida, 2003). A Carta ao Povo Brasileiro (2002, p.4) aponta:

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que foram necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social. O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises.

Dessa forma, segundo Almeida (2003), o PT e Lula se esforçavam para demonstrar aos eleitores e observadores externos que estariam dispostos a trabalhar em prol dos interesses do Brasil. Tais esforços beneficiaram Lula nas eleições, tornando-o então presidente.

2.1.2 A Macroeconomia do Governo

Ao assumir o governo em 2003, Lula se depara com o efeito de sua candidatura e vitória na economia. O país enfrentava altas taxas de juros, inflação, forte pressão do câmbio, fuga de capitais e elevado risco Brasil. Assim, o então presidente toma algumas medidas como forma de sinalizar ao mercado uma continuidade. Dentre estas, a escolha de Antônio Palloci como Ministro da Fazenda, a escolha de Henrique Meirelles para presidente do Banco Central, anúncio das metas de inflação para 2003 e 2004, aumento da taxa de juros nominal Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), elevação da meta de superávit primário do setor público, comprometimento com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), manutenção do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e envio ao Congresso de duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC's), uma referente ao sistema previdenciário e outra do sistema tributário. A surpresa do primeiro governo veio justamente da ideia de continuidade. Ao contrário do que se imaginava, Lula rompeu com a ideia de ruptura, (Giambiagi, 2009, 2011).

Segundo Carcanholo (2010), Lula adotou, assim como o governo anterior, uma política econômica baseada em superávits primários por meio do controle de gastos públicos e com estímulo ao aumento da arrecadação a fim de controlar a relação dívida/PIB. A política monetária foi construída com base no tripé macroeconômico, com a manutenção do regime de metas de inflação e com as taxas básicas de juros agindo como instrumento regulador das pressões inflacionárias.

No gráfico 2.1, abaixo se pode observar a manutenção do tripé macroeconômico com a inflação perseguindo as metas executadas no período de 2002 a 2007. Em 2007, sobretudo, a convergência entre meta e inflação efetiva reflete uma taxa de inflação de 4,46%, sendo a meta para o dado ano de 4,5%. O Banco Central continuou atuando a fim de manter a flutuação do câmbio favorável e a balança comercial se manteve com elevado grau de abertura.

Gráfico 2.1 Taxa de inflação efetiva e metas de inflação, 2002 a 2007 (%)



Fonte: Banco Central

Elaboração própria

Com Lula, a vulnerabilidade externa melhorou e a economia voltou a crescer. Em 2003, por ter sido um ano de ajuste, o PIB cresceu apenas 0,5%, com um crescimento insatisfatório do setor industrial, (Baer, 2010). No ano de 2004, o crescimento do PIB foi superior alcançando 4,9%. Em 2005 e 2006, as taxas foram de 2,3% e 3,4%, respectivamente. As transações correntes também deixaram de ser deficitárias em 2003, se mantendo superavitárias até 2007. Todavia, a armadilha fiscal do governo anterior se manteve e a dívida líquida do setor público chegou a configurar 60% do PIB em 2006, (Carcanholo,2010), (Giambiagi, 2011).

Tabela 2.1 Resultado Contas Externas US\$ (bilhões)

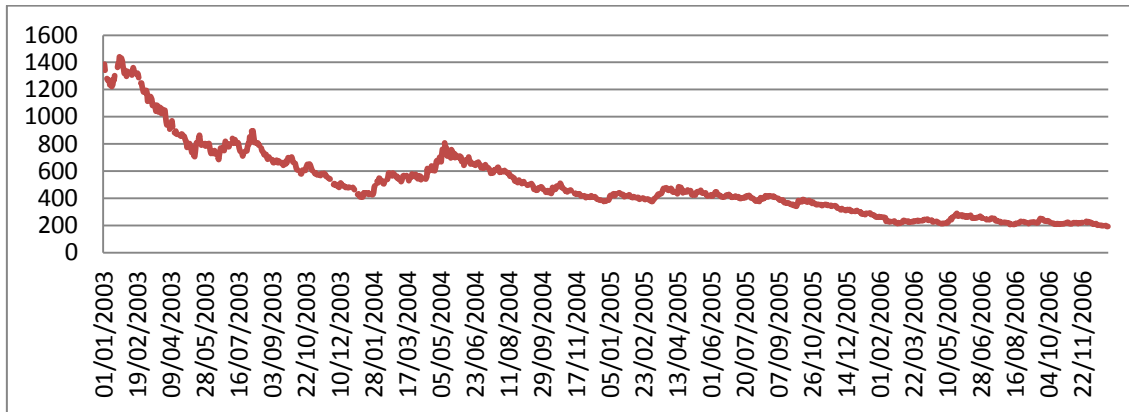
	2003	2004	2005	2006
Transações correntes	4,2	11,7	13,9	13,7
Exportações	73,1	96,5	118,4	137,9
Saldo Balança Comercial	24,8	33,6	44,7	46,5

Fonte: IPEA

Elaboração própria

Como demonstra a tabela 2.1 acima, de maneira geral houve uma melhora nas contas externas devido a alguns fatores como: a alta liquidez externa responsável pela diminuição do risco país via redução das taxas externas de juros, forte crescimento da economia chinesa favorecendo a importação de produtos exportados pelo Brasil e crescimento do preço das *commodities*. Tais pontos revelam um cenário externo favorável que permitiu uma melhora nas transações correntes, aumento das exportações, reversão do déficit da balança comercial e acúmulo de reservas internacionais, que por fim, possibilitou o pagamento do montante da dívida a organismos internacionais, (Carcanholo, 2010). O gráfico 2.2 abaixo reflete o processo de diminuição do risco país no período.

Gráfico 2.2 EMBI+Risco Brasil



Fonte: IPEA

Elaboração própria.

Carcanholo (2010) afirma, entretanto, que apesar do bom desempenho nas contas externas e do sucesso na continuidade da política monetária do governo anterior, alguns pontos são considerados negativos no primeiro mandato de Lula, dentre esses, a reestruturação industrial colocando a economia brasileira em um viés primário exportador, a dependência que o Brasil passa a ter de suas exportações (exportações de produtos primários ou recursos naturais) e o hiato cada vez maior entre o crescimento do Brasil e da média mundial.

2.1.3 Crise do “Mensalão”

A denúncia do esquema “mensalão” entrou de forma estrondosa na história da política brasileira. O escândalo era baseado na utilização de dinheiro público como forma de pagar propina a parlamentares, a fim de que estes votassem a favor do governo. Com a denúncia, uma crise se instaurou no governo e o PT viu muitos de seus integrantes, inclusive o presidente Lula, envolvidos. O governo e Lula passaram por uma crise de credibilidade enfrentando várias Comissões Parlamentar de Inquéritos (CPI's). O ponto inicial da crise data de 25 de maio de 2005, entretanto, foi a entrevista do então deputado e delator do esquema Roberto Jefferson ao jornal *Folha de São Paulo* que revelou detalhes do esquema e dos envolvidos. Os fatos indicavam o financiamento ilegal de campanhas eleitorais, a distribuição de dinheiro a partidos com intuito de formar alianças, desvio de capital de empresas públicas e compra de voto de parlamentares como forma de apoio ao governo, (Miguel e Coutinho, 2007).

O mensalão foi o momento de maior tensão do governo e depois de sua fase mais aguda, boa parte dos envolvidos não conseguiu retornar ao cenário político com a mesma credibilidade. Lula, no entanto, apesar de momentaneamente ter sofrido uma queda de popularidade, consegue retomar uma boa imagem com os eleitores e ser reeleito em 2006, (Estadão, 2012).

2.1.4 “Lula, o Pai do *Bolsa Família*”

Segundo Druck e Filgueiras (2007), as políticas sociais no Governo Lula se deram sob a forma de políticas sociais focalizadas, que visavam os mais pobres e miseráveis com a introdução de programas de complementação de renda. Tais programas, no entanto, se opõem aos ideais ortodoxos que visam superávits primários. O que Lula procurou administrar em seu governo foi a mistura de políticas econômicas ortodoxas e focalizadas de combate à pobreza, juntamente, com uma redução das políticas universais. Lula, assim como seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso (FHC), continuou a usar políticas sociais como forma de amortecer tensões sociais, na medida em que, tais programas não são duradouros e não alteram a composição estrutural da pobreza. Os autores defendem que tais políticas não curam a pobreza e tornam seus beneficiários dependentes, possibilitando a manipulação política para os interesses de quem as faz.

De acordo com Baer (2010), um dos pontos positivos do Governo Lula, e que teve início ainda no seu primeiro mandato, foi à busca pelo desenvolvimento social. A divulgação das propostas de governo, ainda em período de campanha eleitoral, era marcada pelo caráter social. O desenvolvimento social seria atacado por duas vertentes: o programa de acabar com a fome, o chamado *Fome Zero*, e a garantia da renda mínima. Nesse sentido, o programa *Fome Zero*, priorizado pelo governo a partir de 2003, incluiria um cartão alimentação, apoio a agricultura familiar e aos trabalhadores, benefícios da previdência social, renda complementar para todas as famílias com crianças pobres, além da criação de restaurantes populares e incentivos ao ensino básico. Já a garantia de renda mínima partiria da transferência de renda para famílias de crianças pobres menores de 15 anos, concessão de verbas para jovens de 16 a 25 anos pertencentes a famílias pobres e programa de garantia de renda e treinamento de desempregados.

Todavia, o programa *Fome Zero*, assim como, as ações de garantia de renda mínima foram considerados um fracasso operacional, (Marques e Mendes, 2006).

Como os programas sociais sempre foram o foco da plataforma de governo de Lula foi criado no começo de 2004, o programa *Bolsa Família*. O programa *Bolsa Família* é resultado da junção de outros programas da gestão FHC, são eles: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. A intenção do programa era fortalecer a formação do capital humano no nível familiar estimulando o acesso e frequência nas escolas através de transferências de renda, (Baer, 2010). “Em dezembro de 2004, o programa já estava implementado em 5.533 municípios (99,50% do país) atingindo cerca de 6.571.842 famílias, com um gasto anual de R\$ 5,3 bilhões de reais”, (Marques e Mendes, 2006, p. 68).

A tabela 2.2 a seguir, revela a evolução do número de beneficiários dos programas federais de transferência de renda, no período de 2003 a 2006. Pelos dados, observa-se que, entre o primeiro e o último ano de mandato de Lula, o programa *Bolsa Família* obteve expressivo aumento no número de pessoas beneficiadas, enquanto os demais programas experimentaram diminuições.

Tabela 2.2 Número de beneficiários de programas federais de transferência de renda (2003-2006). Em milhões.

	2003 (A)	2004	2005	2006 (B)	Diferença entre A e B
Bolsa-Escola	3,77	3,04	1,70	0,036	(3,73)
Bolsa-Alimentação	0,37	0,05	0,02	0,002	(0,37)
Auxílio-Gás	8,22	4,22	3,40	0,570	(7,65)
Cartão Alimentação	0,35	0,11	0,08	0,032	(0,32)
Bolsa Família	3,61	6,57	8,70	10,900	7,35

Fonte: Costa (2009)

Druck e Filgueiras (2007) e Marques e Mendes (2006) apontam críticas quanto ao *Bolsa Família*. Druck e Filgueiras (2007) consideram que o programa representa uma política assistencialista e clientelista, e, portanto fruto de manipulação política. Já para Marques e Mendes (2006) o *Bolsa Família* permitiu ao Governo Lula estabelecer forte ligação com a população de mais baixa renda, explicando assim, sua alta popularidade nessas regiões do país. Os autores apontam que a população mais pobre está em melhores condições, todavia, por se tratar de um benefício do governo, a retirada do programa pode ocorrer em qualquer mudança de administração.

2.2 Segundo Governo Lula

2.2.1 A inflexão econômica do segundo mandato

Morais e Filho (2011), Erber (2010) e Mattos e Jaime Jr (2011) consideram que houve um ponto de inflexão econômico em 2006 quando no segundo mandato de Lula. Segundo esses autores a mudança, sobretudo na política fiscal, teve como ponto diferenciador a substituição na direção do Ministério da Fazenda em 2006. Nesse ano sai Antônio Palloci e entra em seu lugar Guido Mantega.

De acordo com Moraes e Filho (2011), o primeiro mandato de Lula foi construído com base em políticas de cunho neoliberal, enquanto o seu segundo mandato apoiado no chamado novo-desenvolvimentismo. Apesar dos períodos de governo refletirem vertentes de ação diferentes, os autores argumentam que o segundo governo de Lula teve um caráter híbrido, na medida em que, nem vigorou somente o aspecto neoliberal e nem o *mainstream*. Um exemplo da utilização complementar dessa vertente pode ser exemplificado através da política fiscal. A política fiscal manteve a meta do superávit primário, que passou a ser entendido sob a forma de superávit primário de despesas correntes, excluindo os investimentos públicos e as contas de algumas empresas estatais. A inflexão experimentada pela economia brasileira teve influência neo-estruturalista e keynesiana da década de 90. O novo-desenvolvimentismo foi usado por Lula de forma híbrida, já que algumas bases do neoliberalismo como a vontade de estabilidade monetária continuaram vigentes.

O novo-desenvolvimentismo presente na economia a partir de 2006 propunha uma estabilidade macroeconômica a partir de um ativismo fiscal, (Erber, 2010). Conforme Moraes e Filho (2011, p. 520), a proposta refletia medidas como: “fomento na produção via financiamento de capital e investimento público em infraestrutura, expansão de mercado de consumo de massa via programas de transferência de renda, elevação do salário mínimo e crédito ao consumo e apoio a formação de grandes empresas”. Com a inflexão da política fiscal houve um aumento na utilização de seus aspectos anticíclicos. Do lado do controle dos gastos observou-se uma diminuição no arrocho fiscal, fato que só não foi verificado no final de 2008 e em 2009, em virtude da crise internacional. Os autores apontam que “no segundo mandato, o crescimento médio anual do PIB superou em 1,1% ponto percentual o resultado do primeiro mandato, e se for levado em consideração o PIB *per capita*, este superou em 1,3 ponto percentual o resultado do primeiro mandato”. Com relação às médias mundiais verifica-se que o resultado do PIB brasileiro entre 2003 e 2006 foi de 75% do PIB mundial, e entre

2007 e 2010 de 149% do PIB mundial, sendo o resultado duas vezes melhor que o do primeiro governo.

A tabela 2.3 abaixo apresenta as comparações feitas por Mattos e Jaime Jr (2011). As relações entre PIB brasileiro, mundial e latino-americano expressam os melhores resultados no segundo Governo Lula.

Tabela 2.3 PIB E PIB per capita Governos Lula e comparações internacionais, variação em %.

	Gov. Lula I	Gov. Lula II
PIB Mundial	4,6	3,1
PIB Am. Latina	4,6	3,4
Brasil		
PIB <i>per capita</i>	2,2	3,5
PIB	3,5	4,6
PIB Brasil/Mundial	75,0	149,2
PIB Brasil/Am. Latina	76,0	133,7

Fonte: Mattos e Jaime Jr (2011) - Nota: Tabela original adaptada

Mattos e Jaime Jr (2011) consideram o papel das políticas anticíclicas, particularmente da política fiscal, via aumento do gasto público e via PAC, se tornou de grande importância e revelou uma forma de atuação econômica distinta da do primeiro mandato. Outro ponto a ser observado foi a redução das taxas nominais e reais de juros, antes consideradas em patamares elevados, além do aumento do crédito público

A mudança econômica entre os dois governos encontra forma atual no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na recente Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), (Erber, 2010).

2.2.2 O Brasil e a Crise Financeira de 2008

A quebra do banco de investimento Lehman Brothers em 15 de setembro de 2008 culminou na maior crise financeira global em oito décadas. Entretanto, antes disso, em 2007, os Estados Unidos já sofriam os efeitos das perdas milionárias de várias instituições financeiras que detinham valores hipotecários, e que eram arrastadas pelo efeito da recém-iniciada crise. No Brasil, o impacto da nova dicotomia internacional foi sentido posteriormente, e em um momento de auge da economia brasileira, que passava por um retrospecto de seis trimestres de crescimento em aceleração, (Valor Econômico, 2013).

Conforme argumenta Filho (2009), o impacto da crise financeira internacional no Brasil, só se deu de forma visível com a divulgação do PIB no último trimestre do ano de

2008. Tal fato confrontou o argumento defendido pelas Autoridades Monetárias (AE) e pelo presidente Lula, que afirmavam que o Brasil estaria distante de sofrer os efeitos da crise. Na época, Lula chegou a afirmar que os efeitos de *tsunami* da crise chegariam como “marolinha” no Brasil. Todavia, no último trimestre de 2008, o PIB caiu 3,6%, dada queda fortaleceu as especulações de que a economia brasileira desaceleraria em 2009 e 2010. No mesmo período, houve um desaquecimento do mercado doméstico devido ao empocamento de liquidez e crédito da economia causada pela preferência de liquidez dos agentes.

Mazzucchelli (2008) considera que o empocamento de liquidez e crédito se deu em meio a um ambiente de incerteza, no qual as expectativas se reverteram, e os bancos em um excesso de prudência agiram em conter o crédito obrigando os bancos a tomarem novos planos de investimento. O resultado foi a rápida desaceleração econômica no último trimestre do ano.

Assim, a crise deteriorou a dinâmica do setor externo e as expectativas dos consumidores, das firmas e dos agentes financeiros interferindo nas suas decisões de gastos e empréstimos. A reação das Autoridades Monetárias e do Governo Lula se deu de forma distinta dos demais países e foi alvo de severas críticas, (Valor Econômico, 2013). Com relação à política monetária, o Banco Central foi conservador e manteve as taxas de juros aos mesmos patamares, contrariamente a outros países que reduziram radicalmente as taxas de juros, (Filho, 2009).

As políticas anticíclicas foram de grande importância no combate aos efeitos da crise, e novamente, a forma como o Brasil passou por seus efeitos colocou Lula em posição favorável frente à população. Entretanto, segundo Nozaki (2011), o processo de reação à crise financeira foi acompanhado por uma assimetria monetária e fiscal. Se por um lado o governo adotou políticas fiscais e creditícias expansionistas, de outro fez uso de políticas monetárias e cambiais restritivas.

Passado os anos de 2008 e 2009, a economia brasileira, de acordo com Lima (2013), ainda enfrenta algumas dificuldades advindas da crise financeira de 2008. Para Lima (2013), a recuperação do mundo ainda não é suficiente para estimular a economia do Brasil e os investimentos internos são limitados. Os empresários ainda não têm confiança suficiente no crescimento da economia, o que faz com que a perspectiva de investimentos de longo prazo seja ainda uma trajetória pouco pensada.

2.2.3 O legado de Lula

Lula, ao fim do seu mandato em 2010, obteve índice de aprovação recorde, (Estadão, 2010). Antes de Lula, somente Itamar Franco e seu plano de estabilização havia obtido um grau de aprovação tão positivo, (Mattos e Jaime Jr, 2011).

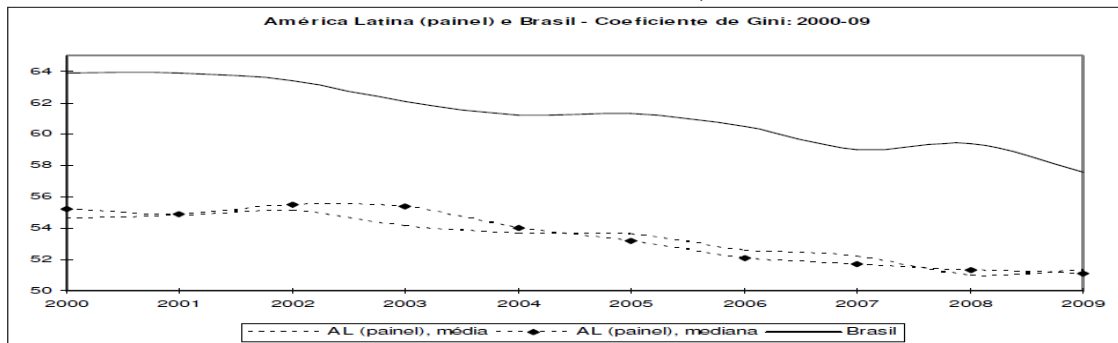
Parece inevitável afirmar que Lula foi bem sucedido na evolução do PIB *per capita* e inclusão social. Mattos e Jaime Jr (2011, p. 35) afirmam que “a desconcentração de renda do trabalho, inclusão social e mais democratização das ações do estado, o colocam como um governo bem sucedido”. Ainda segundo os autores, a relevância do PIB *per capita* pode ser evidenciada pelo fato de que só no período do primeiro mandato de Lula, o PIB *per capita* cresceu cerca de 2,8% ao ano em média, valor esse que ultrapassa o PIB *per capita* verificado nos oito anos de governo FHC, que cresceu 0,8% ao ano, em média. Entretanto, é fato que Lula foi beneficiado por uma conjuntura internacional favorável até 2008/2009. Nesse período o governo experimentou uma alta liquidez externa, ascensão da China e elevação dos preços dos bens de consumo primário.

O lado social do governo, sem dúvida, foi o que mais contribuiu para o bom índice de sua aprovação no final de 2010. O desenvolvimento social pautado principalmente sob a forma de programas de transferência de renda, como o famoso *Bolsa Família*, permitiu que Lula estabelecesse forte ligação com a população de mais baixa renda, (Marques e Mendes, 2006).

Segundo Gonçalves (2011), houve tendência à queda da desigualdade de renda. Em 2009, sobretudo, a desigualdade diminuiu no Brasil como resultado do crescimento do salário mínimo real e da elevação dos gastos públicos sociais relacionados ao ciclo político e eleitoral e da política anticíclica adotada frente à crise de 2008

De acordo com Souza (2010, apud GIAMBIAGI 2001, p. 230) o índice de Gini das pessoas ocupadas caiu de 0,57 em 2001 para 0,52 em 2009. Entre os motivos desse processo: a elevação do salário mínimo, elevação do emprego (sobretudo o formal e com carteira assinada) e o incremento da taxa de escolaridade e queda do trabalho infantil. A evolução do coeficiente de Gini no período de 2000 a 2009, apresentada no gráfico 2.3 abaixo, evidencia a queda do índice.

Gráfico 2.3 Coeficiente de Gini do Brasil e América Latina, 2000 a 2009.



Fonte: Gonçalves (2011)

Apesar dos grandes avanços do lado social, alguns entraves existiram e não puderam ser superados pelo governo. Entre tais dificuldades, a restrição externa, que exerce influência na capacidade de crescimento da economia. Tal problemática pode ser representada pela incapacidade de ações por parte do governo a fim de controlar a valorização do câmbio em relação ao dólar acima da média em outros países. Este processo coloca em evidência umas das características desse governo, de um lado ganhos sociais via programas de transferência de renda e políticas anticíclicas e do outro garantia de ganhos aos rentistas via política monetária, (Mattos e Jaime Jr, 2011).

Segundo Giambiagi (2011), alguns elementos podem justificar a elevada popularidade de Lula, dentre estes: aumentos reais do salário mínimo, investimentos em programas de transferência de renda, elevação do emprego aliado a um contexto de crescimento da economia e melhora na distribuição de renda. Além disso, a história de um ex-retirante e ex-operário que alcançou o mais alto cargo político atrai a atenção da população de mais baixa renda, juntamente com sua grande destreza política em agradar diversos grupos.

Contrariamente às avaliações positivas, Montero (2011) aponta vários problemas ao final do governo. Segundo o autor a herança deixada para o próximo governante era de elevados gastos públicos, inflação e taxas de juros em alta, carga tributária abusiva e orçamento engessado por despesas permanentes com pessoal, benefícios previdenciários e impossibilidade de ampliar investimentos. Montero (2011), ainda aponta, que a função de cortar gastos ficou sob-responsabilidade do próximo governo, no caso, a gestão de Dilma.

2.3 Governo Dilma

2.3.1 A política econômica do governo

Com o fim do Governo Lula, considerado por muitos como de sucesso, as expectativas para uma continuidade no Governo Dilma se sustentavam. Em meio a alta popularidade do governo anterior, Dilma dá continuidade à política macroeconômica sustentada pelas metas de inflação e de superávit primário e na flutuação (suja) da taxa de câmbio. Entre 2011 e 2012 são identificados três períodos no governo Dilma: o primeiro que constitui ao primeiro semestre de 2011, foi caracterizado pela preocupação em conter a inflação por meio de políticas monetárias e fiscais restritivas. O segundo compreende ao início de agosto de 2011 até junho de 2012, foi marcado pelo agravamento da crise do euro. Nesse período o governo adotou medidas anticíclicas com a redução das taxas de juros, estímulos creditícios e desoneração tributária. Por fim, o terceiro período, que corresponde ao segundo semestre de 2012, foi marcado pela desaceleração da atividade econômica, obrigando a uma nova baixa da taxa Selic e uma atitude anticíclica dos bancos, (Cagnin *et al.*, 2013).

Segundo Cagnin *et al.* (2013), a estratégia de flexibilização que caracterizou o primeiro biênio de governo e os dilemas do regime de política macroeconômica foram postos a prova quando o crescimento da economia apresentou resultado decepcionante em 2012. A inflação voltou a ser ponto de preocupação para o governo e a partir de então, iniciou-se um processo de desaceleração inflacionária que perdurou até o início de 2013. Apesar de não ter havido rupturas no regime de metas de inflação, a operacionalização da política monetária e a utilização da taxa Selic passaram por mudanças. De acordo com o autor, houve um alongamento temporal na fixação da meta de inflação para o ano de 2012, fato que levou ao acúmulo de pressões inflacionárias no segundo semestre deste ano. Todavia, frente ao baixo crescimento da economia, incertezas externas e secas atingindo safras internacionais, causando inflação, a autoridade monetária manteve inalterada a meta Selic em 7,25% a.a até março de 2013.

Com relação à política fiscal, Jorge e Martins (2013) afirmam que no final de 2009 houve o começo de uma reversão fiscal expansionista e deu-se início a uma política de expansão do superávit primário intensificada em 2010 e 2011. No final de 2011, o esforço fiscal foi suficiente para que se voltasse a atingir o centro da meta do superávit primário. A reversão fiscal refletiu no crescimento da economia. A correção da política fiscal em 2010-2011 foi sentida na forte desaceleração da economia entre 2010 e 2012. O processo de

desaceleração, sentido ainda em 2013, foi também impulsionado pelo cenário externo desfavorável com a pressão dos preços das commodities e a menor demanda externa sobre as importações.

Por fim, a política cambial, segundo Bresser-Pereira (2013), visou em parte, a depreciação cambial, e tinha como objetivo tornar o câmbio mais competitivo atingindo assim, um equilíbrio industrial e o crescimento econômico. Todavia, a depreciação efetuada foi insuficiente, visto que a taxa de câmbio competitiva no Brasil é superior ao patamar instituído no Governo Dilma. Sendo assim, o autor considera que a desvalorização do câmbio necessária não ocorreu devido aos conflitos de interesses que envolvem exportadores de *commodities*, o aumento da inflação e a redução salarial de curto prazo decorrente da desvalorização cambial. Bresser-Pereira (2013) acredita que um presidente só pode mudar a matriz econômica do país se tiver apoio da sociedade, sendo necessário um acordo entre empresários e trabalhadores.

2.3.2 Manifestações de junho de 2013

Segundo Romão (2013) o aumento das passagens de ônibus em várias capitais, antes de junho de 2013, mobilizou um movimento inédito e de massa no país. Os aumentos atingiram São Paulo, Aracaju, Belo Horizonte, Cuiabá, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Manaus, Porto Alegre, Recife e Vitória. Romão (2013, p. 156) considera que “a base organizada, demanda forte e justa, manifestações com motivo local e expressão nacional, organização potencializada pelo uso da internet e a pouquíssima relação com partidos políticos,” originou um movimento forte, entretanto, sem liderança definida.

Dilma procurou ouvir as demandas que viam das ruas dando a entender que contavam com seu aval, (Ecodebate, 2013). Assim, veio a revogação dos aumentos das passagens de ônibus, e com isso, a base de argumentação dos protestos se dissipou. Muitas das manifestações do período passaram a ter como foco a crítica aos elevados gastos relacionados a Copa do Mundo e o descaso com os problemas estruturais do país. A presidente Dilma em pronunciamento em cadeia nacional no dia 21 de junho de 2013 afirmou:

Como presidenta, eu tenho a obrigação tanto de ouvir a voz das ruas, como dialogar com todos os segmentos, mas tudo dentro dos primados da lei e da ordem, indispensáveis para a democracia. (...) Os manifestantes têm o direito e a liberdade de questionar e criticar tudo, de propor e exigir mudanças, de lutar por mais qualidade de vida, de defender com paixão suas ideias e propostas, mas precisam fazer isso de forma pacífica e ordeira.

Com o intuito de responder a sociedade, a presidente elaborou cinco pactos que revelavam a disponibilidade em atender as demandas da população. São eles: maior responsabilidade fiscal objetivando o controle inflacionário, uma reforma política, legislação mais rígida contra a corrupção, elaboração de um programa que levasse médicos a áreas mais remotas do país, investimento no transporte coletivo, remoção de 100% dos *royalties* do petróleo e 50% do pré-sal para educação, (Romão, 2013).

Dentre as pautas levantadas pela presidente duas ganharam maior enfoque, a reforma política e os investimentos na área da saúde, que culminou na criação do programa *Mais Médicos*. A reforma política consistia na ideia de que nas eleições de 2014, um grupo de pessoas discutisse e aprovasse uma reforma política atuando de forma simultânea a Câmara dos Deputados e Senado. Os constituintes não precisariam ter filiação partidária e seriam eleitos para um mandato de um ano. As críticas vieram de imediato de juristas do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, (Ecodebate, 2013).

De acordo com Romão (2013), o programa *Mais Médicos*, foi o único pacto que tomou forma mais palpável. Fortemente criticado por ser considerado um programa paliativo, em seus primeiros meses, foi fortemente atacado por “importar” médicos estrangeiros. Hoje, já implantado, continua a sofrer com as críticas, provenientes dos erros de operacionalização e execução do programa. Desde a última edição de manifestações, o Brasil vive em meio ao medo de paralisações e protestos de trabalhadores em várias capitais e grandes cidades. Tal fato demonstra o risco de uma reedição de protestos, processo que causa a apreensão dos políticos, sobretudo àqueles no poder sujeitos ao calendário eleitoral, como Dilma.

2.3.3 Fim do mandato e a perda de credibilidade

Em meio a perda de credibilidade e queda na aprovação do governo, alguns riscos existem quanto a provável reeleição de Dilma, entre eles: aumento da inflação, sobretudo dos alimentos que pesam no bolso da população mais pobre, e a possibilidade de uma crise no abastecimento de energia. Dilma reconheceu o fracasso dos experimentos do governo na área econômica, mudando o rumo de sua condução. Contudo, a confiança não foi retomada e tal fato fica evidente nos preços da economia, nas expectativas de inflação deterioradas e no baixo interesse dos empresários em investir, (Valor Econômico, 2014).

A perda de credibilidade do governo se apoia na condução econômica e nos escândalos ao longo dos quase quatro anos de mandato. Com relação à economia, o insucesso da presidente se deve a quatro variáveis segundo Barbosa (2013, p. 41): “instabilidade das

regras do jogo, fim do bônus da estabilização, cenário externo desfavorável, política econômica do Ministro Mantega e execução da política de metas de inflação do Banco Central”. Ainda segundo o autor, a instabilidade das regras do jogo traz um casuísmo à economia, fazendo com que haja incerteza na decisão dos agentes. O Governo Dilma não pôde fazer uso do bônus da estabilização e do cenário externo favorável. O Ministro Mantega insistiu em políticas contracíclicas, que haviam sido utilizadas no combate aos efeitos da crise financeira de 2008, mas que segundo o autor, deveriam ter sido interrompidas e substituídas por políticas de incentivo a produtividade. Por fim, a perda de credibilidade do Banco Central, que diminuiu as taxas de juros e esticou o centro da meta, e que agora busca conter o prejuízo, aumentando as taxas de juros e fazendo oposição a política fiscal expansionista.

Os escândalos que marcaram o mandato de Dilma também contribuíram para sua perda de credibilidade. Entre as situações mais tensas estão: a demissão de Antônio Pallocci da Casa Civil perante acusação de utilizar a influência do governo para beneficiar clientes de sua empresa, o “troca-troca” ministerial, a acusação de envolvimento do ex-ministro da ciência e tecnologia Aloizio Mercadante na fabricação de dossiê contra seu adversário político, José Serra, denúncia de desvio de recursos públicos em licitações realizadas pelo Instituto Militar de Engenharia, acusação de cobrança de propina pelo Ministro do Esporte, Orlando Silva, e os indícios de desvios de verbas em convênios na pasta comandada pelo Ministro Carlos Lupi, (O Globo, 2014). E mais recentemente, o episódio da compra desvantajosa da refinaria de Pasadena pela Petrobrás, (Valor Econômico, 2014).

Os desafios de Dilma na busca pela reeleição incluem aumentar a criação de empregos e renda a um patamar que se mantenha após as eleições, controlar os escândalos políticos e eventuais manifestações populares, além de mostrar um expressivo crescimento econômico, (Eleições, 2014).

3 ELEIÇÕES 2006, 2010 E 2014

As estratégias para arrecadar votos nas eleições de 2002, 2006 e 2010 foram objeto de análise de vários estudos como os de Almeida (2003), Carraro *et al.* (2008), Licio *et al.* (2009), Pinheiro (2009), Oliveira (2010) e Peixoto e Rennó (2011).

Segundo Almeida (2003) a vitória de Lula nas eleições de 2002 está ligada a divulgação da “Carta ao Povo Brasileiro”. O autor considera que a brusca mudança no discurso político foi determinada pelo esforço do candidato em mostrar aos eleitores e

observadores externos o compromisso com as responsabilidades governamentais, fato que o beneficiou no pleito de 2002.

Em 2006, observa-se uma mudança regional no eleitorado de Lula. Diferentemente de 2002, em 2006, a distribuição de votos foi mais dispersa, se concentrando em regiões específicas, (Licio *et al.*, (2009). Tal mudança despertou o interesse nos fatores associados a este processo e possibilitou análises da relação do desempenho da economia e do programa *Bolsa Família* no pleito de 2006. Nas eleições de 2010, Lula lançou como candidata Dilma. Muito se especulou sobre a influência de Lula e do desempenho de seu governo no resultado eleitoral. Baseados em tais especulações Peixoto e Rennó (2011) e Oliveira (2010) analisam os condicionantes da vitória de Dilma. Por fim, as eleições de 2014, que ocorrerão em outubro, trazem também muitas dúvidas. As ações da presidente estão em foco e muito se observa sobre a condução econômica do país até o período eleitoral.

Tendo como base os estudos já existentes sobre os condicionantes econômicos no processo eleitoral, o capítulo em questão tem o objetivo de analisar a existência dos Ciclos Políticos nas eleições de 2006 e 2010. Propõe-se ainda, a especular sobre a tendência de um ciclo político nas eleições de 2014. O capítulo está dividido em três seções. A primeira seção apresentará a metodologia utilizada na análise, a segunda abordará uma análise episódica das eleições de 2006 e 2010 tendo como base estudos acadêmicos já realizados, e a terceira apresentará uma análise empírica dos períodos eleitorais de 2006, 2010 e 2014.

3.1 Metodologia

A metodologia usada na análise seguinte terá como base o trabalho de Neri e Carega (2000). Os autores estudam a existência de Ciclos Políticos de Negócios (CPNs) na Nova Democracia Brasileira iniciada em 1985. O período de estudo dos autores compreendeu as eleições de 1986, 1989, 1994 e 1998.

Os resultados do trabalho mostraram fortes indícios de oportunismo político nas eleições de 1986 e 1989, sendo as eleições de 1986, marcada por componentes populistas. A eleição de 1994 apresentou traços semelhantes às eleições anteriores, entretanto, os autores consideraram que a motivação política-eleitoral do pleito de 1994 possa estar relacionada a decisões congressuais a cerca da reeleição do presidente. O episódio de 1998 não teve traços de CPNs como as eleições anteriores, entretanto, argumentou-se que o ambiente eleitoral foi criado via adiamento da adoção de políticas impopulares (desvalorização cambial).

O estudo analisou o período de 1985 a 1999 por meio da exposição da evolução das

taxas de inflação e desemprego nos períodos pré e pós-eleitoral. A evolução de tais taxas demonstrou o comportamento cíclico das variáveis econômicas perto do período de eleição. Além disso, os autores estudaram a renda domiciliar per capita da população em períodos pré e pós-eleitorais. Os dados da renda domiciliar *per capita* foram obtidos por anos de estudo da população e refletiram o possível caráter populista em cada episódio eleitoral. Os dados utilizados foram obtidos por meio da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) – disponibilizados pelo IBGE e tratados para o período de interesse.

Assim como Neri e Carega (2000), o desenvolvimento deste capítulo se baseará na evolução das taxas de desemprego e inflação nos períodos pré e pós-eleitorais de 2006, 2010 e 2014¹. Será avaliada a política fiscal nos períodos em questão sob a forma dos gastos com o programa *Bolsa Família* e despesas do Governo Central. O comportamento cambial, bem como a avaliação da evolução do salário mínimo e do rendimento médio real habitual domiciliar *per capita* de três regiões metropolitanas do Brasil, servirão também de base para o desenvolvimento do estudo. Os dados a serem utilizados serão provenientes dos portais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Ministério do Desenvolvimento e Combate à pobreza (MDS).

3.2 Episódios eleitorais

3.2.1 A influência do *Bolsa Família* nas eleições de 2006

De acordo com Pinheiro (2009), no pleito de 2006, houve uma mudança no perfil de votação de Lula. O fato é evidenciado pelo desempenho do candidato em 2002, neste ano, Lula obteve maior votação em regiões mais urbanizadas e desenvolvidas do país. Já em 2006, sua base eleitoral migrou para regiões menos desenvolvidas.

Segundo Licio *et al.* (2009), em 2002, a votação do candidato petista foi bem distribuída no país, mas proporcionalmente melhor em áreas mais desenvolvidas. Em 2006, o perfil do eleitorado muda e o autor considera que as áreas que mais se beneficiaram das políticas implementadas pelo governo, foram as que mais votaram em Lula

Tendo como base tal processo, Carraro *et al.* (2008) testam como as variáveis econômicas e sociais interferiram no pleito de 2006. O autor aponta que com a proximidade

¹ Para 2014 a análise do período pré-eleitoral e perspectiva para o pós-eleitoral

das eleições a porcentagem de beneficiados pelo programa *Bolsa Família* aumentou 56% em um mês. Além disso, o orçamento gasto em julho foi 73% maior que os dos últimos seis meses, (Contas abertas, 2006, apud CARRARO *et al.*, 2008, p.1).

Segundo IPEADATA (2007, apud CARRARO *et al.*, 2008, p. 6), de 2003 até 2005 na época das eleições, o IPCA aumentou 24%. Próximo desse período os aumentos nos preços da cesta básica estimada pelo DIEESE foram menores, sobretudo em capitais com o maior índice de votação em Lula. Os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo tiveram uma elevação de 8,5% e 10,4%, respectivamente. Em Recife e Fortaleza, capitais como Pernambuco e Ceará tiveram uma taxa de variação menor, sendo 4% e 3%, respectivamente. Em Recife, Lula teve 82% dos votos no primeiro turno e 75% no segundo. Os autores sugerem que a votação de Lula foi inversamente proporcional a renda *per capita* municipal e diretamente relacionada a taxa de mortalidade infantil, analfabetismo e desigualdade. O autor, entretanto, não encontra evidências robustas do impacto do *Bolsa Família* nas eleições.

Diferentemente, Licio *et al.* (2009) consideram que os beneficiários do *Bolsa Família* possuem maior tendência em votar em Lula do que os não beneficiários. O autor argumenta que há uma associação estatisticamente significativa entre ser beneficiário do programa e ter uma opinião positiva sobre o presidente e o governo federal. Os autores então, consideram que ser beneficiário do programa tem um impacto estatisticamente significativo e substancialmente grande na probabilidade de voto em Lula, tanto no primeiro, quanto no segundo turno.

Pinheiro (2009) defende que a escolha do voto foi bastante influenciada pelo seu desempenho eleitoral passado e que a relação do candidato com o eleitor foi superior em municípios com maior participação de negros, pardos e índios na população. Os resultados de Pinheiro (2009) dizem que um aumento de 1% na renda *per capita* municipal gera uma redução de 0,204% na votação de Lula, o mesmo incremento nas taxas de analfabetismo e na participação da administração pública no PIB municipal corresponde a aumentos de 0,184% e 0,091%, respectivamente. O impacto do *Bolsa Família* foi superior ao impacto das variáveis econômicas no voto.

Entre os municípios, a média de crescimento do PIB *per capita* é de 1,4% e o alcance do *Bolsa Família* é de 28,9%. Logo, um aumento de 1% no desempenho econômico, significaria elevar 70% a taxa do PIB, enquanto, o mesmo alcance no programa corresponderia elevar 3,5% o número de famílias beneficiadas. A elevação de 1% no desempenho econômico aumenta os votos em apenas 0,00015%, em contrapartida, o incremento de 1% no programa eleva os votos em 0,150%, (Pinheiro, 2009).

Dessa forma muito se especula sobre os condicionantes da reeleição de Lula. Os fatores mais considerados são o desempenho econômico do governo e os programas sociais. Contudo, não se chegou a uma conclusão sobre quais fatores são precisamente responsáveis pela reeleição de Lula, (Carraro *et. at*, 2008).

3.2.2 A influência de Lula em 2010

Para Peixoto e Rennó (2011), a eleição de 2010 apresentou determinantes semelhantes às eleições anteriores. Para o autor, a tendência do eleitorado foi premiar políticos competentes e que refletissem elevados índices de popularidade e desempenho do governo. Assim, a escolha de voto se deu com base na situação econômica do período. No episódio eleitoral de 2010, assim como ocorreu em 2006, a avaliação do governo pela população e o *Bolsa Família* foram fatores lógicos na determinação de votos. Contudo, um novo fator entrou como condicionante eleitoral: a ascensão de parte da população a classe média. Houve com tal processo uma elevação e mudança no padrão de consumo da população. Tais alterações econômicas da população afetam a política. O argumento do autor é de que não foi o pertencimento a uma classe social que definiu o apoio político a Dilma, mas sim, a percepção do movimento ascendente que definiu sua vitória.

Oliveira (2010) observa o resultado das eleições de 2010 de uma forma mais estratégica. Segundo o autor, a vitória da candidata de Lula se deu devido a ligação do nome de Dilma ao então presidente Lula. O sucesso nas urnas foi alavancado por três índices que expressam a influência de Lula. Primeiro, 76% da população avaliava o governo Lula como ótimo/bom, segundo, 83% dos brasileiros confiavam em Lula e terceiro, 65% dos brasileiros esperavam que o próximo governante mudasse pouco ou continuasse as ações de Lula.

Assim como ocorreu em 2006, grande parte dos estudos a respeito do pleito de 2010 coloca como condicionante a situação econômica. Cabe então, uma análise da ocorrência de ciclos políticos em ambos os episódios eleitorais.

3.3 Análise empírica

3.3.1 Pleitos de 2006 e 2010

De acordo com Barbosa (2014), o ciclo político se baseia na utilização das políticas monetária, fiscal e cambial como forma de maximizar votos. O autor afirma que a política

monetária intenta em reduzir as taxas de juros visando aumentar o emprego e a produção no curto prazo, com a inflação acelerando apenas após as eleições. A política fiscal se pauta na expansão de gastos no período anterior ao pleito e a cambial no controle da taxa de câmbio. O autor considera que uma taxa de câmbio depreciada corresponde a perda de renda real pela população, ocasionado pela elevação dos preços dos produtos importados. Dessa forma, a depreciação do câmbio leva a perda de votos.

A análise de algumas das variáveis econômicas presentes nessas três políticas, no contexto das eleições de 2006 e 2010, pode evidenciar comportamentos cíclicos típicos dos ciclos políticos.

Como exposto no primeiro capítulo deste trabalho, Nordhaus (1975) defende que o governante no período de eleição faz uso da Curva de Phillips para promover uma redução do desemprego e consequente aumento da inflação, ou uma redução da inflação sob a pena do aumento do desemprego, caracterizando um período pré-eleitoral como uma fase expansionista e o pós-eleitoral como uma fase de ajuste. Os condicionantes desta escolha seriam muitos, um deles foi exposto por (Hibbs, 1977), que afirmava que partidos de direita preferiam uma menor inflação sob o custo de elevado desemprego e os partidos de esquerda o contrário.

Conforme Nordhaus (1975) o crescimento da economia em anos eleitorais se mostra mais vigoroso, sendo seguido por quedas no crescimento nos anos seguintes. O gráfico 3.1 a seguir mostra a evolução da variação real anual do PIB no período de 1999 até 2013. Neste período a expansão do crescimento foi maior nos anos de 2000, 2004, 2007, 2008 e 2010.

Gráfico 3.1 Variação real anual do PIB em %, 1999-2013.



Fonte: IPEA
Elaboração própria

Dentre os anos de elevado crescimento, somente o ano de 2010 experimentou eleições. O PIB, em 2006, teve variação de 3,96%. Segundo Lourenço (2009), o reduzido aumento do PIB em 2006 se deu devido ao gasto público atrelado ao cenário eleitoral. Ainda segundo o

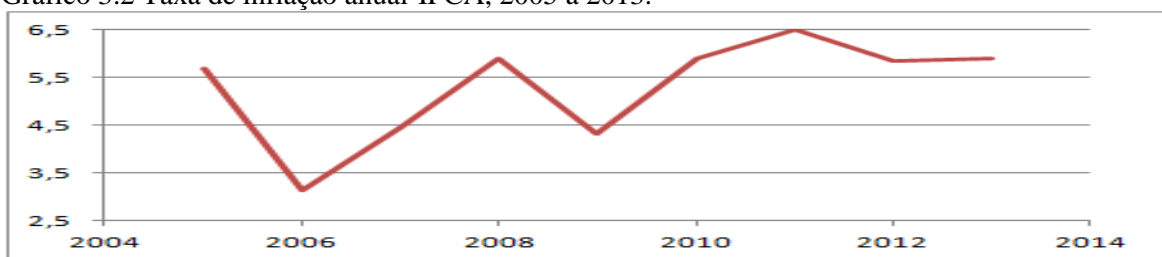
autor, os incrementos ocorridos no ano foram de 6% na formação bruta de capital fixo, 3,7% no consumo das famílias e 1,9% nos gastos do governo.

Em 2010, a mão de obra desempregada possibilitou que um aumento da demanda agregada levasse ao crescimento do PIB potencial e reduzisse as pressões inflacionárias, (Estadão, 2014). O crescimento vigoroso do PIB em 2010 obteve variação real de 7,53%, fruto de oportunismo eleitoral, (Contas Abertas, 2014). Tal argumento encontra reforço no fato do PIB oscilar no ano seguinte, com nova variação de 2,73%. Outra explicação para o vigoroso crescimento em 2010, e que pode por a prova a suspeita de oportunismo eleitoral, foi o superaquecimento ocorrido pós-crise. As políticas anticíclicas adotadas em 2009, com o aumento dos gastos públicos, redução de impostos e expansão do crédito ocasionaram o aumento do consumo, tais políticas seriam então responsáveis pelo aumento do PIB no ano em questão, (BBC Brasil, 2011).

Como forma de avaliar o comportamento da política monetária no contexto dos ciclos políticos, verifica-se o comportamento da taxa de inflação no período de 2005 a 2013.

A taxa de inflação no ano de 2006 foi de 3,14%, sendo a menor taxa no período de 2005 até 2013. Em contrapartida, o ano de 2010 obteve, assim como o ano de 2013, taxa de 5,91%, o maior índice no período analisado. Os motivos para a alta inflação em 2010 foram o aquecimento da economia brasileira com o desemprego em queda e a renda em alta, além da valorização das principais *commodities* agrícolas no mercado internacional, (BBC Brasil, 2011). A evolução anual da inflação pode ser observada no gráfico 3.2, abaixo.

Gráfico 3.2 Taxa de inflação anual-IPCA, 2005 a 2013.



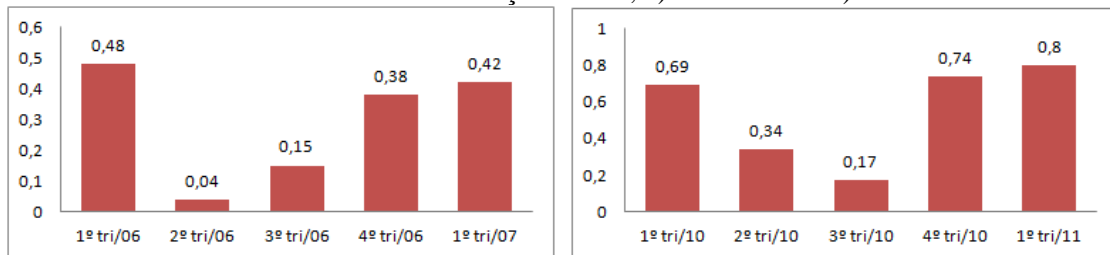
Fonte: IPEA
Elaboração própria

A média trimestral da inflação entre os primeiros trimestres de 2006 e 2007 mostra uma redução na inflação nos dois trimestres anteriores ao do pleito. No 4º trimestre que corresponde aos meses de outubro, novembro e dezembro observa-se uma elevação nos preços. O ano de 2010 segue o mesmo comportamento, a média trimestral da inflação tem

redução nos dois trimestres anteriores às eleições com consequente elevação no período eleitoral. No período pós-pleito a elevação nos preços se torna ainda mais acentuada.

Apesar do aumento da taxa de inflação no período do pleito, observa-se que nos períodos pré-eleitoral e pós-eleitoral ocorre uma redução e elevação da taxa de inflação, respectivamente. Assim, nota-se que o comportamento dos preços segue a lógica defendida por Barbosa (2014). Abaixo os gráficos 3.3 a) e b) trazem a evolução da taxa no período.

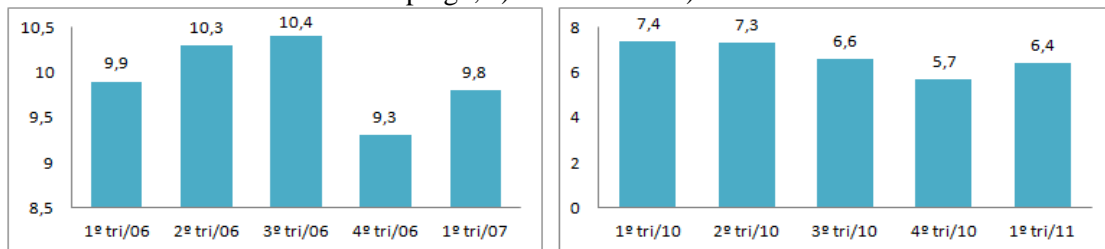
Gráfico 3.3. Taxa média trimestral da inflação -IPCA, a) 2006/2007 e b) 2010/2011 em %.



Fonte: IPEA - Elaboração própria

Já a média trimestral da taxa de desemprego, em ambos os anos, apresenta um comportamento semelhante, como é evidenciado nos gráficos 3.4 a) e b), abaixo. No período pré-eleitoral a taxa de desemprego converge para patamares menores, e atinge seu ponto mais baixo no 4º trimestre do ano eleitoral. Após as eleições verifica-se nova elevação do desemprego, fato observado ainda no 1º trimestre dos anos de 2007 e 2011.

Gráfico 3.4. Taxa média de desemprego, a) 2006/2007 e b) 2010/2011 em %.



Fonte: IBGE – PME
Elaboração própria

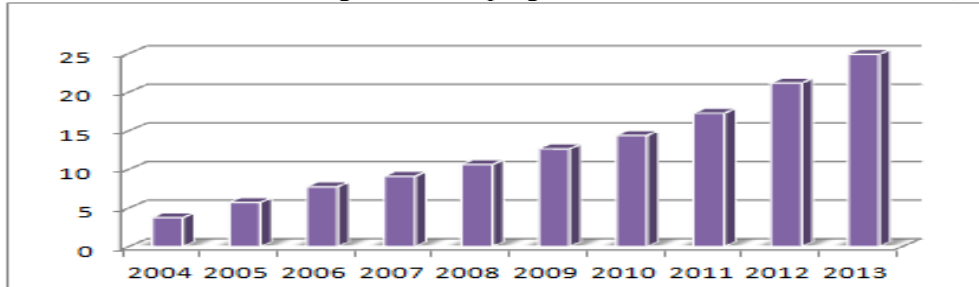
Pode-se considerar, portanto, um indício de comportamento cíclico nas taxas de desemprego nos períodos pré e pós-eleitorais para os anos de 2006 e 2010.

Para análise da política fiscal como condicionante das eleições de 2006 e 2010, são avaliados os gastos sociais com o programa de transferência de renda *Bolsa Família*, e a evolução das despesas do Governo Central.

A criação e impacto do programa *Bolsa Família* foi considerado fator fundamental na vitória de Lula em 2006 e sucessão de Dilma em 2010. O gráfico 3.5 apresenta a avaliação do

valor real anual gasto² com o programa, e mostra a evolução dos recursos transferidos para sua manutenção. Observa-se que o montante destinado ao programa cresce continuamente no período de 2004 a 2013.

Gráfico 3.5 Valor anual real gasto com o programa Bolsa Família, 2004 a 2013. (R\$ bilhões)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Elaboração própria

A variação real anual dos gastos com o programa, apresentados na tabela 3.1, mostram que durante o mandato de Lula, os maiores montantes investidos ocorreram entre 2005 e 2006, com conseqüente contração de gastos em 2007. Nota-se também, que após o ano eleitoral de 2010, os anos seguintes experimentam grandes elevações nos gastos, diferentemente do típico ajuste fiscal após as eleições.

Tabela 3.1 Taxa de variação real do gasto com o programa Bolsa Família, 2004 a 2014, em %.

ANO	Varição Real em %
2004	
2005	52,8
2006	35,4
2007	17,6
2008	16,6
2009	19,2
2010	13,6
2011	20,1
2012	22,6
2013	17,5

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - Elaboração própria

Com relação às despesas do governo³ central, referente a encargos, pessoal, custeio e capital verifica-se elevações nos anos de 2006 e 2010. As despesas com encargos e pessoal são mais significativas no ano de 2006, com uma variação de 17,2%. Já o ano de 2010, tem grande elevação nos gastos de custeio e capital com aumento de 41,2% em relação ao ano de

² Deflacionado com base no IPCA do ano de 2013.

³ Deflacionado com base no IPCA do ano de 2013.

2009. A tabela 3.2 abaixo traz as variações nas despesas do governo no período de 2005 a 2012.

Tabela 3.2 Taxa de variação real anual das despesas do Governo Central, 2005 a 2012 em %.

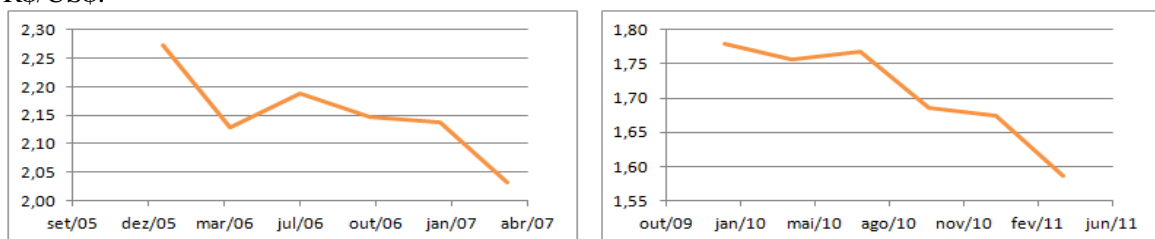
	Pessoal e Encargos Sociais	Custeio e Capital
2005		
2006	17,2	18,3
2007	8,9	16,4
2008	10,9	6,8
2009	17,7	18,6
2010	8,1	41,2
2011	7,1	93,3
2012	4,5	15,5

Fonte: STN
Elaboração própria

É relevante notar uma elevação de quase 94% nas despesas de custeio e capital entre os anos de 2010 e 2011. Tal fato contradiz a ideia do ciclo político de que após o ano eleitoral ocorre um forte ajuste fiscal. O mesmo pode ser observado com os valores gastos com o *Bolsa Família*. Após 2010, o programa custou cada vez mais ao governo. O motivo de tal processo se relaciona com a condução econômica do Governo Dilma, fato que será abordado na próxima seção.

Seguindo a lógica de Barbosa (2014), a análise da evolução da taxa de câmbio como forma de conduzir a arrecadação de votos, nos anos de 2006 e 2010, mostra que o câmbio aprecia com a proximidade do período eleitoral. Os gráficos 3.6 a) e b), a seguir trazem o comportamento da taxa de câmbio no período pré e pós-eleitoral de 2006 e 2010.

Gráfico 3.6. Evolução da taxa de câmbio no período pré e pós-eleição de a) 2006 e b) 2010. Em R\$/US\$.



Fonte: IPEA
Elaboração própria

Neri (2010) considera que além das políticas monetária, fiscal e cambial, as variáveis sociais também constituem ferramentas usadas nos ciclos políticos. Segundo o autor, existe uma tradição na nova democracia brasileira de que em anos eleitorais os resultados sociais sejam melhores. O autor considera que tal processo não se dá exclusivamente devido as ações

do governo central, mas também pela concessão de vantagens por governadores e prefeitos. Ao comparar as eleições de 1986 e 2006 e sua semelhança na ampliação de benefícios sociais, o autor afirma que a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria caiu 37% em 1986, e em 2006, 15%, fato que evidencia o comportamento cíclico dos indicadores sociais em anos de pleito.

A evolução da variação real do salário mínimo, apresentada na tabela 3.3, no período de 2002 a 2014, mostra que as maiores elevações se deram nos anos de 2005, 2006 (com variação de quase 14%), 2010 e 2012. Pode-se verificar a grande tendência na elevação do salário mínimo como forma de oportunismo eleitoral.

A partir de 2011 o salário mínimo passou a ser reajustado com base na Lei nº 12.382, que considera a política de valorização do salário mínimo recebido. De acordo com a regra, a cada ano o salário mínimo é reajustado com base na inflação do ano anterior medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e pelo resultado do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos dois anos anteriores, (Portal EBC, 2013). A lei que regula o reajuste vencerá em 2015, e ainda não se sabe ao certo como se estruturará o cálculo a partir de então. Os sindicatos trabalhistas, no entanto, defendem a permanência da atual política sob a justificativa de que o reajuste salarial pela regra possibilitou aumento de seus rendimentos no período, acima do aumento dos preços. Por outro lado, para grande parte dos economistas, o impacto do reajuste tem sido grande na Previdência Social, dessa forma, a alternativa seria controlar a inflação para garantir o ganho do trabalhador, (R7 Notícias, 2014).

Tabela 3.3 Variação real anual do salário mínimo.

Período	Salário Mínimo		
	R\$	Reajuste Nominal (%)	Aumento Real (%) ⁴
Abril de 2002	200,00		
Abril de 2003	240,00	20,0	1,23
Mai de 2004	260,00	8,33	1,19
Mai de 2005	300,00	15,38	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	13,04
Abril de 2007	380,00	8,57	5,1
Março de 2008	415,00	9,21	4,03
Fevereiro de 2009	465,00	12,05	5,79
Janeiro de 2010	510,00	9,68	6,02
Janeiro de 2011	545,00	6,86	0,37
Janeiro de 2012	622,00	14,12	8,05
Janeiro de 2013	678,00	9,0	2,81
Janeiro de 2014	724,00	6,78	0,95

Fonte: Nota Técnica 93 – DIEESE (2011)⁵

⁴ Calculado com base no acumulado do INPC para os dados anos

Apesar de tal regra de reajuste do salário mínimo, observa-se que os aumentos reais foram superiores no Governo Lula do que no de Dilma.

Outra variável social que pode exemplificar o comportamento cíclico eleitoral nos anos de 2006 e 2010 é o rendimento médio real habitual domiciliar *per capita*⁶. A intenção em avaliar tal variável é identificar se próximo ao período eleitoral o rendimento da população se eleva, e se posteriormente ao pleito se reduz. Entretanto, é relevante associar o rendimento *per capita* da população das regiões metropolitanas do Brasil, com a porcentagem de votos de Lula e Dilma, nas eleições de 2006 e 2010, respectivamente.

A tabela 3.4 abaixo apresenta a porcentagem de votos nos candidatos do PT segundo seis regiões metropolitanas brasileiras. Observa-se que Salvador foi a região metropolitana que obteve maior porcentagem de votos em Lula e Dilma, respectivamente. São Paulo, por outro lado, foi a região com menor índice. Belo Horizonte, por sua vez, obteve mais de 50% de votos em Lula em 2006, todavia, em 2010, tal índice caiu para menos de 50%. Devido ao fato dessas três regiões apresentarem resultados distintos, a avaliação do rendimento da população nessas regiões pode indicar algum grau de oportunismo eleitoral.

Tabela 3.4 Porcentagem de votação dos candidatos do PT nos pleitos de 2006 e 2010 em seis regiões metropolitanas.

Município/Sigla	2006	2010
BA/Salvador	84,8	73,3
PE/Recife	71,9	66,3
RS/Porto Alegre	44,2	44,2
MG/Belo Horizonte	63,2	49,6
RJ/Rio de Janeiro	65,9	61,0
SP/São Paulo	45,6	46,4

Fonte: Atlas das Eleições Presidenciais no Brasil

Abaixo os gráficos 3.7 a 3.9 apresentam o comportamento do rendimento domiciliar *per capita*, das regiões metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte e São Paulo.

⁵ A tabela da nota técnica do DIEESE foi adaptada para com os dados referentes aos anos de 2012, 2013 e 2014.

⁶ Rendimento médio real habitual domiciliar *per capita* a preços de março de 2014

Gráfico 3.7. Rendimento médio real habitual domiciliar per capita - Salvador, a) 2006/2007 e b) 2010/2011.

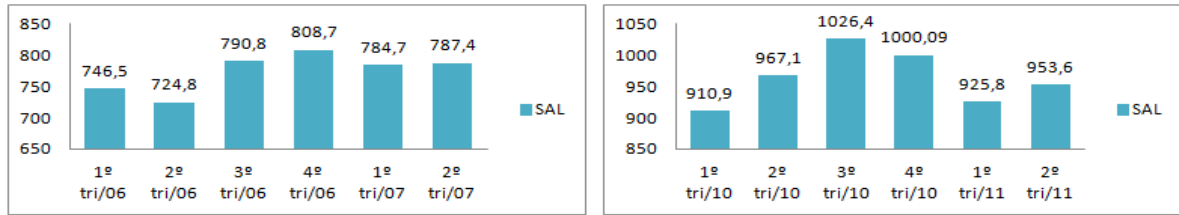


Gráfico 3.8. Rendimento médio real habitual domiciliar per capita-Belo Horizonte, a) 2006/2007 e b) 2010/2011.

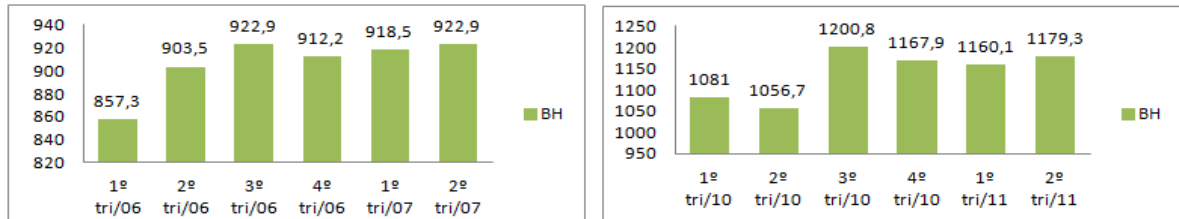
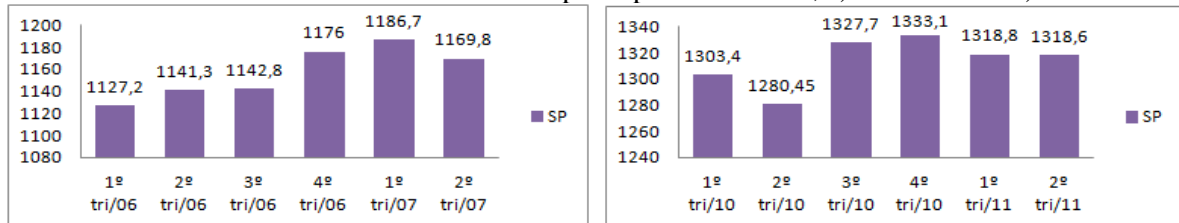


Gráfico 3.9. Rendimento médio real domiciliar per capita -São Paulo, a) 2006/2007 e b) 2010/2011.



Fonte: IBGE – PME - Elaboração própria

Nota-se nos gráficos acima, algum padrão de crescimento do rendimento nas três regiões, oscilando entre os períodos pré-eleitoral e eleitoral. Salvador apresentou o maior comportamento cíclico com queda visível do rendimento no período pós-eleição. São Paulo e Belo Horizonte tem uma redução menos significativa, mas que também varia nos trimestres pré e pós-pleito.

Pode-se argumentar a tímida percepção de queda pós-eleições tanto das taxas de desemprego quanto do rendimento médio *per capita*. Neri (2010), no entanto, defende que os benefícios sociais, hoje, são permanentes, diferentemente da simples concessão de abonos ou cestas básicas, portanto, os indicadores sociais podem até cair depois das eleições, mas não tem queda brusca como no começo da nova democracia brasileira.

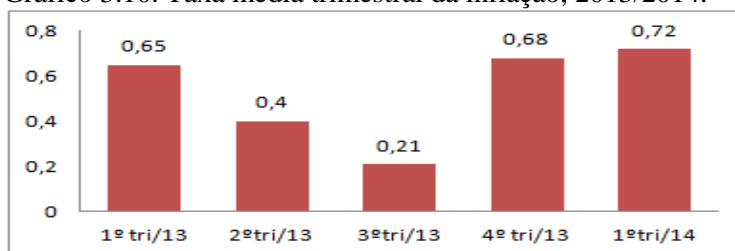
As análises apresentadas possibilitam visualizar indícios da ocorrência de ciclos políticos nas eleições de 2006 e 2010. Entretanto, após o pleito de 2010, não se verifica o ajuste esperado para um período pós-eleitoral, assunto tratado seção a seguir.

3.3.2 Eleições de 2014 em perspectiva

Segundo Barbosa (2014), a forma como a política econômica foi posta em prática pela presidente Dilma, não lhe permitirá fazer uso dos instrumentos econômicos nas eleições de 2014, como fez Lula em 2010. Conforme o autor, Dilma ao assumir não soube lidar com a necessidade de um forte ajuste em meio ao período pós-eleitoral. A redução das taxas de juros provocou uma subida na inflação, levando o Banco Central (BC) a aumentar a taxa de juros. Além disso, o superávit primário do ano de 2015, segundo estimativas, será maior do que o de 2014. Portanto, a política fiscal não poderá ser expansionista. O último recurso a se usar é a política cambial. Espera-se então, que o BC continue controlando a taxa de câmbio até o fim das eleições.

De acordo com Rocha (2013), em 2010, a expansão fiscal e monetária resultou em um PIB de 7,5%, o maior nos últimos 25 anos. O autor defende que Dilma se defrontou com a armadilha do ciclo político invertido. Já no período de 2011-2012, o PIB cresceu apenas 3,6%, enquanto a inflação permaneceu acima do centro da meta de 4,5%. O autor afirma que a proximidade das eleições no contexto de uma inflação crescente e baixo crescimento não levaria Dilma a uma reeleição. Tal fato levou as autoridades monetárias a realizar um aperto monetário, elevando a taxa básica de juros embora mantendo desonerações tributárias e aumentos de gastos.

Gráfico 3.10. Taxa média trimestral da inflação, 2013/2014.



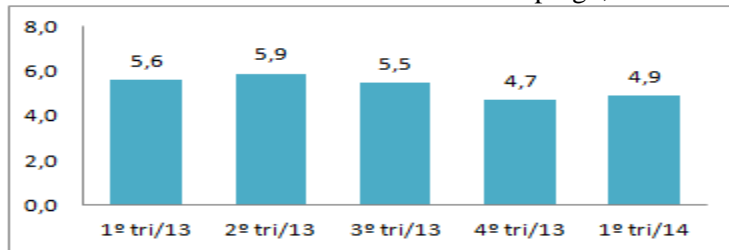
Fonte: IPEA
Elaboração própria

A média trimestral da inflação, como mostra o gráfico 3.10, expressa sua elevação desde o último trimestre de 2013. Há um desleixo no compromisso com a inflação, justamente em um período em que as taxas de juros de mercado no mundo adquirem tendência de crescimento, contrariamente, ao que espera o governo em um ano eleitoral. Diferentemente de 2010, ano em que não houve inflação reprimida, em 2014 completa-se quatro anos com inflação acima de 5,5%, com a visão de mercado de uma meta implícita em torno de 6%,

(Estadão, 2014). Considera-se assim, que a inflação será um dos maiores desafios de Dilma nas eleições, sua crescente alta já ganha espaço na mídia e na oposição. A tendência é que daqui até as eleições o BC continue com uma medida de elevação de juros como forma de controle.

A média trimestral da taxa de desemprego, como mostra o gráfico 3.11 a seguir, no ano de 2013 e começo de 2014 tem tendência de queda. Esperar-se-ia uma redução no desemprego com a proximidade das eleições. Contudo, atualmente a taxa de desemprego está em seu mínimo histórico abaixo de 6%, com a inflação de serviços acima de 7%, nesse sentido, uma expansão agregada como ocorreu em 2010 só levaria a mais inflação sem um efeito sobre o crescimento, (Estadão, 2014).

Gráfico 3.11. Taxa média trimestral do desemprego, 2013/2014.

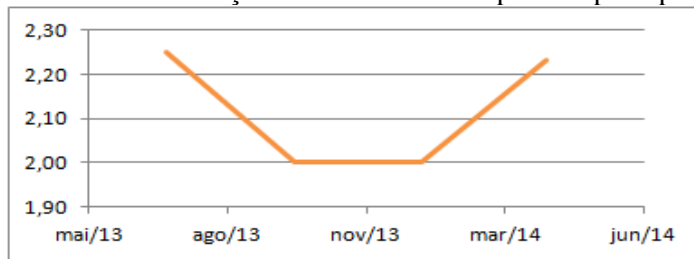


Fonte: IBGE – PME
Elaboração própria

A inflação e o desemprego configuram como um dos principais fatores responsáveis pela perda de popularidade do governo federal. Há uma correlação direta entre a economia e a popularidade do governo. Pesquisa do Instituto Datafolha feita em junho de 2013 já apontava que a percepção do aumento da inflação pela população, já influenciava a avaliação positiva da presidente. Segundo a pesquisa, a percepção da perda do poder de compra, atrelada a inflação e a instabilidade do emprego, refletiu em uma queda ao apoio dado a Dilma, fato que evidencia que a população culpa o governo pela condução econômica, (O Globo, 2014).

A taxa de câmbio, que conforme argumenta Barbosa (2014) será usada como instrumento de um ciclo político nas eleições de 2014. Se seguir a lógica do ciclo político, a expectativa é que até as eleições a taxa de câmbio aprecie. O gráfico 3.12 a seguir, mostra o comportamento do câmbio no entre os anos de 2013 e 2014.

Gráfico 3.12 Evolução da taxa de câmbio período pré e pós-eleição, 2013/2014. Em R\$/US\$.



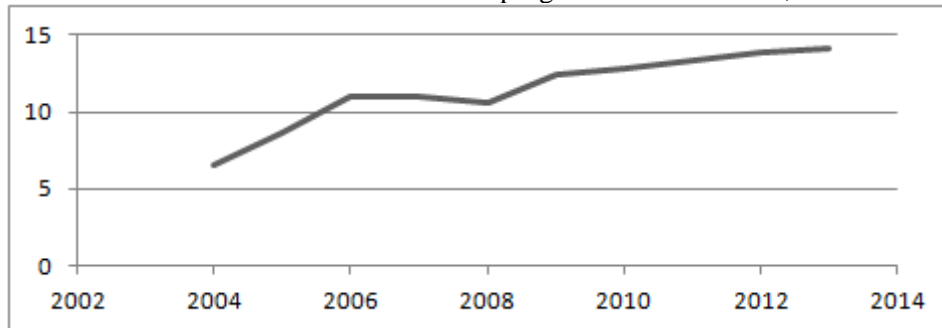
Fonte: IPEA

Elaboração própria

A política fiscal no Governo Dilma seguiu a máxima da expansão de gastos. Segundo Contas Abertas (2014) no começo de 2014, as aplicações do governo federal aumentaram em 2014 quando comparadas as de 2013. O aumento das aplicações e despesas estaria relacionado ao ciclo político iniciado para as eleições de 2014.

A análise do número de famílias beneficiadas e dos gastos direcionados ao programa *Bolsa Família* mostra uma forte elevação no ano em questão. O número de beneficiados pelo programa, como se pode verificar no gráfico 3.13, vem aumentando crescentemente mesmo em 2011, ano seguinte as eleições de 2010.

Gráfico 3.13. Número de beneficiários do programa Bolsa Família, 2004 a 2013. (R\$ milhões)



Fonte: MDS - Elaboração própria

Observa-se então no ano de 2014, indícios de comportamentos cíclicos relacionados aos gastos com o programa *Bolsa Família* e concessão de benefícios sociais.

CONCLUSÃO

A presença de Ciclos Políticos nos episódios eleitorais tem ocorrido de forma frequente em países que experimentam eleições democráticas. No Brasil, essa tendência pôde ser observada nos recentes episódios eleitorais de 2006 e 2010. Espera-se ainda a continuidade desse padrão nas eleições de 2014.

Na análise dos períodos pré e pós-eleitorais das eleições de 2006 e 2010, as variáveis monetárias, fiscais, cambiais e sociais analisadas apresentaram comportamento cíclico típico dos Ciclos Políticos. O pleito de 2006 foi marcado principalmente por uma expansão fiscal baseada em gastos com programas sociais e benefícios sociais confirmados sob a forma de forte elevação do salário mínimo. Pode-se considerar, no entanto, que a forma como Lula conduziu o seu primeiro governo contribuiu com a utilização das variáveis econômicas, sobretudo fiscais, como forma de arrecadar votos. A continuidade na política econômica estabilizadora do Governo FHC possibilitou o oportunismo eleitoral de Lula no ano do pleito.

Apesar da inflexão econômica sentida na transição do primeiro e segundo mandato de seu governo, e que refletiu no afrouxamento da política fiscal, expansão de crédito e investimento, nas eleições de 2010, novamente se verifica padrões cíclicos nas variáveis analisadas. Observou-se também a preferência pela expansão de benefícios sociais nos anos dos pleitos, fato que pode ser justificado pela presença ideológica esquerdista do partido de origem de ambos os presidentes.

Ao assumir o governo em 2011, Dilma, não efetuou o ajuste fiscal e monetário que se faz necessário após as eleições. A condução econômica adotada pela presidente, diferentemente de Lula, não a permitirá utilizar a economia como forma de arrecadar votos. Os acadêmicos consideram que as eleições de 2014 experimentarão a vertente oposta ao tradicional ciclo político, sendo caracterizada por um ajuste econômico próximo ao período eleitoral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESINA, A. **Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a Repeated Game.** The Quarterly Journal of Economics, vol. 102, n. 3, p. 651-678, 1987.

ALESINA, A; ROUBINI, N. **Political Cycles in OECD Economies.** Review os Economics Studies, vol. 59, n. 4, p. 663-688, 1992.

ATLAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL. **Raking das Capitais por preferências ideológicas.** n.d. Disponível em: < <https://sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais/ranking-das-capitais-por-preferencia-ideologica> >. Acesso em: 20 de jun. 2014.

ALMEIDA, P.R. **A política internacional do partido dos trabalhadores: da fundação à diplomacia do Governo Lula.** Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 20, p. 87-102, 2003.

AMORIM, O.N; BORSANI, H. **Presidents and Cabinets: The Political Determinants of Fiscal Behavior in Latin America.** Studies in Comparative International Development, vol. 39, p. 3-27, 2004.

ARAÚJO, J.M; FILHO, P.A.M.L. In: Encontro Nacional de Economia-ANPEC, n. XXXVIII, 2010. **Ciclos políticos-econômicos: uma análise do comportamento dos gastos públicos nos estados brasileiros no período de 1995 a 2008.** 2010.

BAER, W. **O Governo Lula-ortodoxia econômica versus desenvolvimento social: 2003-2007** in: BAER, W. A economia brasileira. São Paulo. Ed. Nobel. 2009, (Cap.11).

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Histórico de Metas para Inflação no Brasil.** n.d. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?sismetas> >. Acesso em: 16 de jun. de 2014.

BARBOSA, F.H. **Regime de Política Econômica e Crescimento Sustentável no Brasil.** n.d. Disponível em: < http://www.eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/1%20painel_Fernando%20Holanda%20text%20o.pdf >. Acesso em: 7 de mai. De 2014.

BARBOSA, F.H. O ciclo político na eleição presidencial de 2014. **Conjuntura Macroeconômica**, p. 26, 2013.

BBC BRASIL. **PIB do Brasil cresce 7,5% em 2010 e tem maior alta em 24 anos.** 3 mar. de 2011. Disponível em: < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110303_pib_2010_rp.shtml >. Acesso em: 22 de mai. de 2014.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **O Governo Dilma frente ao “tripé macroeconômico” e a direita liberal e dependente.** Novos Estudos – CEBRAP, n. 95, p. 5-15, 2013.

CAGNIN, R. F et al. **A gestão macroeconômica do Governo Dilma (2011e 2012).** Novos Estudos, vol. 97, p. 169-185, 2013.

CARCANHOLO, M.D. **Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no Governo Lula.** Rio de Janeiro. Ed. Garamond, p. 109-131, 2010.

CARRARO, A et al. **“It is the economy, companheiro!” an empirical analysis of Lula’s reelection based on municipal data.** Economics Bulletin, vol. 29, n. 2, p. 976-991 2008.

CONTAS ABERTAS. **Em ano eleitoral, governo aumenta investimentos em quase 40%.** 12 de mai. de 2014. < Disponível em : <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/8523> >. Acesso em: 19 de mai. de 2014.

CONTAS ABERTAS. **Ciclo eleitoral custa cerca de R\$ 9,5 bilhões aos cofres públicos.** 13 de mai. de 2014. Disponível em: < <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/8532> > . Acesso em: 19 de mai. de 2014.

COSTA, N.R. **A proteção social no Brasil: a universalização e focalização nos governos FHC e Lula.** Ciência e Saúde Coletiva, vol. 14, n. 3, p. 693-706, 2009.

DIEESE. **Política de Valorização do Salário mínimo: considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2011.** Nota Técnica 93. 11 de jan. de 2011. Disponível em: < http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FE442AE132A46/DIEESE_notat93salarioMinimo2011.pdf >. Acesso em: 27 de mai. de 2014.

DOWNS, A. **An Economic Theory of Political Action in a Democracy.** Journal of Political Economy, vol. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.

DRUCK,G; FILGUEIRAS, L. **Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula.** Revista Katál. Florianópolis, vol. 10, n. 1, p. 24-34, 2007.

EBC. **Saiba como é calculado o reajuste do salário mínimo no Brasil.** Portal EBC Economia. 23 de jul. de 2013. Disponível em: < <http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/07/saiba-como-e-calculado-o-reajuste-do-salario-minimo-no-brasil> >. Acesso em: 19 de jun. de 2014.

ECODEBATE. **Junho de 2013. As manifestações, as reações de Dilma e do Congresso.** Revista Cidadania e Meio Ambiente. 5 de jul. de 2013. Disponível em: < <http://www.ecodebate.com.br/2013/07/05/junho-2013-as-manifestacoes-as-reacoes-de-dilma-e-do-congresso/> >. Acesso em: 11 de mai. de 2014.

ELEIÇÕES, 2014. **Eleições 2014 Dilma.** n.d. Disponível em: < <http://eleicoes2014.org/dilma-eleicoes-2014.htm>> Acesso em: 11 de mai. de 2014.

ERBER, F.S. **As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política.** Revista de Economia Política, vol. 31, n. 1, p. 31-55, 2011.

ESTADÃO. **Mensalão foi o momento de maior crise do governo Lula.** Geral. 02 ago. de 2012. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,saiba-mais-mensalao-foi-o-momento-de-maior-crise-do-governo-lula,909893>>. Acesso em: 24 de abr. de 2014.

_____. **Ciclos Políticos e o desmonte do tripé.** Economia. 10 de nov. de 2013. Disponível em: < <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ciclos-politicos-e-o-desmonte-do-tripe-imp-,1095138>>. Acesso em: 14 de jun. de 2014.

FIALHO, T.M.M. **Ciclos Políticos: uma Resenha.** Revista de Economia Política, vol. 19, n.2, p. 131-149, 1999.

FILHO, F.F. **Como era de se esperar, a crise internacional chegou ao Brasil. E agora, o que fazer para mitigarmos os impactos da crise em 2009 e retomarmos o rumo do crescimento em 2010.** Economia e Tecnologia, vol. 17, n. 5, p. 27-32, 2009.

GIAMBIAGI, F. **A Economia Política do Ajuste Fiscal.** Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil. Editora Campus. 3ª edição, 2008.

_____. **A política Fiscal do governo Lula em perspectiva histórica: qual o limite de aumento do gasto público?** Planejamento e Políticas Públicas, n. 7, p. 1-60, 2009.

_____. **Rompendo com a Ruptura: o Governo Lula (2003-2010).** In Giambiagi, F; Villela, A. Barros de Castro, L. e Hermann, J. Economia Brasileira contemporânea (1945-2010). Ed. Campus. 2011, (Cap.8).

GINSBURGH, V; MICHEL, P. **Random timing of elections and the political business cycle.** Public Choice, vol. 40, p. 155-164, 1983.

GLOBO, O. **Preços em alta ajudam a diminuir popularidade de Dilma.** Economia. 11 de jun. de 2013. Disponível em: < <http://calendariodeescandalos.com.br/2013/06/11/precos-em-alta-ajudam-diminuir-popularidade-de-dilma/>>. Acesso em: 22 de jun. de 2014.

_____. **Escândalos do Governo Dilma.** País. n.d. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/infograficos/escandalos-governo-dilma/>>. Acesso em: 11 de mai. de 2014.

GONÇALVES, R. **Redução da desigualdade de renda no governo Lula, Análise Comparativa.** UFRJ. 20 de jun. de 2011. Disponível em: <

http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/reducao_da_desigualdade_da_renda_governo_lula_analise_comparativa_reinaldo_goncalves_20_junho.pdf>. Acesso em: 06 de mai. de 2014.

GONÇALVES, C.E.R; FENÓLIO, F.R. **Ciclos eleitorais e política monetária: evidências para o Brasil**. Pesquisa e planejamento econômico, vol. 37, n. 3, p. 465-488, 2007.

GPRI. **A política externa nas plataformas dos candidatos a Presidente do Brasil em 1989**. In ALMEIDA, P.R. **A política internacional do partido dos trabalhadores: da fundação à diplomacia do Governo Lula**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 20, p. 87-102, 2003.

HIBBS, D. **Political Parties and Macroeconomic Policy**. The American Political Science Review, vol. 71, n. 4, p. 1467-1487, 1977.

HIROI, T. **Exchange Rate Regime, Central Bank Independence and Political Business Cycle in Brazil**. Studies in Comparative International Development, vol. 44, p. 1-22, 2009.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/>. Acesso em: 23 de mai. de 2014.

INTERNATIONAL INSTITUTE OS SOCIAL HISTORY. **Carta ao povo brasileiro**. n.d. Disponível em: < http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf> Acesso em: 14 de abr. de 2014.

IPEADATA. **Séries históricas de inflação – IPCA e INPC**. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 20 de mai. de 2014.

_____. In CARRARO, A et al. **“It is the economy, companheiro!” an empirical analysis of Lula’s reelection based on municipal data**. Economics Bulletin, vol. 29, n. 2, p. 976-991 2008.

JORGE, C.T e MARTINS, N.M. **Política Fiscal e a desaceleração da economia brasileira no Governo Dilma**. Texto para discussão 013. 13 de ago. Ufrj Discussion Paper, 2013.

LICIO, E.C; RENNÓ, L.R e CASTRO, H.C.O. **Bolsa Família e Voto na Eleição Presidencial de 2006: em busca do elo perdido**. Opinião Pública, vol. 15, n.1, p. 31-54, 2009.

LIMA, R.C.C. **USP Revista analisa a economia mundial, cinco anos após a crise de 2008**. Imprensa. 18 de set. de 2013. Disponível em: < <http://www.usp.br/imprensa/?p=33538>>. Acesso em: 20 de abr. de 2014.

LOURENÇO, G.M. **A economia brasileira em 2006**. Análise Conjuntural, vol. 28, n. 11-12, p.6, 2006.

MARQUES, R.M; MENDES, A. **O social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal**. Revista de Economia Política, vol. 26, n. 1, p. 58-74, 2006.

MATTOS, F.A.M; JAIME JR, F.G. **Ganhos sociais, inflexões na política econômica restrição externa: novidades e continuidades no Governo Lula**. Economia e Tecnologia, vol. especial, n. 7, 2011.

MAZZUCHELLI, F. **A crise em perspectiva: 1929 e 2008**. Novos Estudos 82, p. 57-66, 2008.

MIGUEL, L.F; COUTINHO, A.A. **A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais**. Opinião Pública, Campinas, vol. 3, n. 1, p. 98-123, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO. **Bolsa Família**. Ferramentas informacionais. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/gestao-da-informacao>>. Acesso em: 27 de mai. de 2014.

MONTERO, F. **União segura investimentos e despesas têm alta moderada**. Blog leituras Favre, 2011. Disponível em: <<http://blogdofavre.ig.com.br/2011/08/superavit-adicional-virado-excesso-de-arrecadacao/>>.10 de mai. de 2014.

MORAIS, L; SAA-D FILHO, A. **Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula**. Revista de Economia Política, vol.31, n.4, p. 507-527, 2011.

NAKAGUMA, M.Y; BENDER, S. **Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais: Um Estudo sobre o Comportamento do Eleitor Brasileiro**. Revista Brasileira de Economia, vol. 64, n. 1, p. 3-24, 2010.

NERI, M. “Bondades” sociais custarão R\$ 26 bi em 2010. **Jornal Folha de São Paulo**. Índice Geral. 02 de jan. de 2010. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0201201002.htm>>. Acesso em: 30 de jun. de 2014.

NERI, M; CAREGA, F. **Eleições, desemprego e inflação: O ciclo político de Negócios na Nova Democracia Brasileira (1985-1999)**. IBRE/FGV – EPGE/FGV, 2000.

NORDHAUS, W.D. **The political business cycle**. The Review of Economic Studies, vol. 42, n. 02, p. 169-190, 1975.

NOZAKI, W. V. **A crise financeira internacional e a atuação do Estado Nacional: a originalidade do caso brasileiro.** OIKOS, vol. 10, n.1, p. 38-57, 2011.

OLIVEIRA, A. **Pesquisas, estratégias eleitorais e a disputa presidencial de 2010.** Em Debate, vol. 2, n. 5, p. 6-11, 2010.

PALÁCIO DO PLANALTO. **Pronunciamento Presidenta Dilma.** n.d. Disponível em: < http://www2.planalto.gov.br/acl_users/credentials_cookie_auth/require_login?came_from=http%3A//www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>. Acesso em: 09 de mai. de 2014.

PEIXOTO, V; RENNÓ, L. **Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil.** Opinião Pública, vol. 17, n. 2, p. 304-332, 2011.

PINHEIRO, MC. **Bolsa Família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de Lula em 2006.** IBRE/FGV, 2009.

POTRAFKE, N. **Political cycles and economic performance in OECD countries: empirical evidence from 1951-2006.** Public Choice, vol. 150, p. 155-179, 2012.

R7 NOTÍCIAS. **Cálculo reajuste salário mínimo pode mudar a partir de 2015.** Economia. 17 de mar. de 2014. Disponível em: < <http://noticias.r7.com/economia/calculo-para-reajuste-do-salario-minimo-pode-mudar-a-partir-de-2015-17032014>>. Acesso em: 19 de jun. de 2014.

REMMER, KL. **The political economy of elections in Latin America, 1980 – 1991.** American Political Science Review, vol. 87, n.2, p. 393-407 1993.

ROCHA, R.E. **Dilma e o ciclo político invertido.** *Jornal de Hoje.* Opinião. 18 de jun. de 2013. Disponível em: < <http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2013/06/18/noticiasjornalopiniao,3076423/dilma-e-o-ciclo-politico-invertido.shtml>>. Acesso em: 19 de jun. de 2014.

ROGOFF, K. **Equilibrium Political Budget Cycles.** Working Paper, n. 2428, p. 1-37, 1990.

ROGOFF, K; SIBERT, A. **Elections and Macroeconomic Policy Cycles.** The Review of Economic Studies, vol. 55, n. 1, p. 1-16, 1988.

ROMÃO, WM. **#nãovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014.** Revista de Discente de Ciência Política da UFSCAR, vol.1, n. 2, p. 152-167, 2013.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). **Séries Temporais.** Disponível em: < http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/series_temporais/principal.aspx#ancora_consulta >. Acesso em: 07 de jun. de 2014.

SOUZA, 2010. In GIAMBIAGI, F. **Rompendo com a Ruptura: o Governo Lula (2003-2010)**. In Giambiagi, F; Villela, A. Barros de Castro, L. e Hermann, J. Economia Brasileira contemporânea (1945- 2010). Ed. Campus. 2011, (Cap.8).

SOUZA, S.S. **Regras Fiscais e Eleições: o Discurso Oportunista dos Governos Estaduais**. Revista Estudos de Política, Campina Grande , vol. 1, n. 1, p. 108-129, 2012.

TIGÃNAS, C.G; PEPTINE, C. **Political Business cycle and economic instability-Literature Review**. CES Working Papers, p. 853-865, 2012.

VALOR ECONÔMICO. **Às vésperas do Mundial, protestos se multiplicam**. 09 de mai. de 2014. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/politica/3542028/vesperas-do-mundial-protestos-se-multiplicam>>. Acesso em: 11 de mai. de 2014.

_____. **Queda de aprovação ameaça Dilma**. 2 de abr. de 2014. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/brasil/3502908/queda-de-aprovacao-ameaca-dilma>>. Acesso em: 09 mai. de 2014.

_____. **Dilma não pode fugir à responsabilidade sobre Pasadena, diz Gabrielli**. 20 de abr. de 2014. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/politica/3521630/dilma-nao-pode-fugir-responsabilidade-sobre-pasadena-diz-gabrielli>>. Acesso em: 09 de mai. de 2014.

VASCONCELOS, R.D; JÚNIOR, F.S; JUNIOR, R.P.M. **A dinâmica da execução orçamentário federal do Brasil sob a ótica dos ciclos políticos eleitorais, 1985-2010**. Economia Aplicada, vol. 17, n.3, p. 325-354, 2013.